

Caminhos das águas, caminhos de terra: trilhando o território alagoano através dos mapas nos primeiros séculos coloniais

Paths of waters, paths of lands: trailing the Alagoas territory through the maps
of the first colonial centuries

MARIA ANGÉLICA DA SILVA¹

Universidade Federal de Alagoas / Maceió, AL, Brasil

BIANCA MACHADO MUNIZ²

Universidade Federal de Alagoas / Maceió, AL, Brasil

CATARINA AGUDO MENEZES³

Universidade Federal de Alagoas / Maceió, AL, Brasil

1. Docente da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem/Ufal. E-mail: <mas@pq.cnpq.br>

2. Mestre, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem/Ufal. E-mail: <bianca602@outlook.com>

3. Doutora, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem/Ufal. E-mail: <catarina.agudo@gmail.com>

RESUMO: No período colonial, as terras denominadas Alagoas inicialmente pertenciam à capitania de Pernambuco. Contudo, sinais da sua geografia já são encontrados nos primeiros mapas que representam o Brasil. Através da cartografia portuguesa da família Albernaz e, depois, da extensa produção holandesa, pode-se acompanhar como a região vai sendo desenhada – a princípio pela marcação dos acidentes geográficos, em especial os rios, mas depois pela identificação de vilas, caminhos e engenhos. Na série aqui analisada destaca-se a carta *Brasiliae Geographica et Hydrographica Tabula Nova...*, habilmente produzida por George Marcgraf, o mais importante documento cartográfico seiscentista, realizado no período do denominado Brasil holandês. Somam-se a ele as vistas de Frans Post, que permitem tratar das três primeiras vilas fundadas na região. Entre os pontos que se observam estão os caminhos. Inicialmente hidrográficos, depois passam a ser recortados terras adentro. Comparando-se esse antigo material cartográfico com o atual, pode-se comprovar que algumas dessas trilhas, hoje assumindo a proporção de rodovias, chegam até os dias de hoje. Território identificado pelas marcas lagunares, a análise sobre Alagoas finaliza-se com o estudo das suas três vilas iniciais,

seguido de apontamentos sobre a capital, Maceió, conduzidos a partir do mapa mais antigo da cidade até agora encontrado, produzido no século XVIII, no qual novamente salientam-se as águas e os caminhos.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia seiscentista. Formação territorial de Alagoas. Caminhos. Iconografia holandesa.

ABSTRACT: During the colonial period, the lands called Alagoas initially belonged to the Captaincy of Pernambuco. However, traces of its geographical origins can be found in the first maps of Brazil. By examining the Portuguese cartography of the Albernaz family, and later, the dense Dutch material, we can see how the region has been mapped out. Firstly, geographical features, particularly rivers, were marked out; and later the villages, roads, and sugar-mills were identified in these maps. Prominent among the maps analyzed here is the *Brasiliae Geographia et Hydrographica Tabula Nova...*, which was ably produced by George Marcgraf, and is the most important 17th century cartographic document in the so-called Dutch Brazil period. In addition, there are landscapes by Frans Post which allow us to examine the first three villages founded in the region. Among the points that can be observed are the routes, which were initially watercourses and later became tracks across the lands. When we compare this old cartographic material with today's maps we perceive that some of these roads – currently highways – follow almost exactly the same routes from nearly 400 years ago. The analysis of Alagoas State, which is characterized by its lagoon features, is completed with the analyses of its three initial villages, followed by the study of the capital, Maceió, based on the city's oldest map that was produced in the 18th century in which the waterways and roads are also conspicuous.

KEYWORDS: 17th century cartography. Territorial formation of Alagoas. Roadways. Dutch iconography.

Esta é uma incursão através dos primeiros mapas do período colonial que reportam Alagoas. Trata-se de material produzido por portugueses e holandeses nos séculos XVI e XVII, que será analisado em especial a partir das informações que falam dos caminhos, sejam os que indicam o acesso às mais importantes unidades fabris da época – os engenhos de produção de açúcar –, ou os que se dirigem aos núcleos urbanos. Se usarmos um simbolismo gráfico, são pontos que representam os elementos balizadores da ocupação territorial e linhas ou traçados das vias hídricas e terrestres, através dos quais se observa como se construiu o desenho civilizatório da região.

Considerando-se os vários significados que o material cartográfico pode acolher, aqui ele será tratado como um instrumento de comunicação entre um enunciador e um destinatário que, na distância entre continentes, trocam informações e imagens acerca de um mundo diverso e ainda pouco conhecido.

APRESENTANDO ALAGOAS

Território anfíbio. É assim que Alagoas é reportada pelos seus mais ilustres narradores, de Gilberto Freyre a Otávio Brandão.⁴ Uma terra dilatada pelas águas: de lagoas, canais, pequenos rios, pântanos e manguezais, do imponente São Francisco e do Atlântico, os dois últimos servindo-lhe de limite de contenção – rumo ao sul das terras brasílicas, rumo ao além-mar. Posteriormente, quase no meio desse território, foi instalado o núcleo de povoamento, qual seja, a vila de Santa Maria Madalena e depois, bem próximo a ela, a cidade de Maceió (Figura 1), atual capital do estado.



Figura 1 – Vista aérea de Maceió. Fonte: Google Earth, 2018.

A história territorial de Alagoas pode ser narrada sob duas perspectivas. Na primeira, vê-se o lugar como um dos primeiros polos da terra recém-descoberta, na medida em que se constitui margem do rio São Francisco. Foi através do curso desse rio que se iniciou a ocupação das terras nordestinas da colônia, com as expedições do donatário Duarte Coelho Pereira, criador da “Nova Lusitânia”, ou seja, um Portugal que atravessa as águas e, como na famosa imagem de Saramago, aporta como uma jangada de pedra em outro continente.

4. Gilberto Freyre utiliza-se dessa metáfora no prefácio do livro *Banguê das Alagoas* (1980), referindo-se à relação intrínseca da população local com as águas. Otávio Brandão, por sua vez, foi um importante estudioso de Alagoas que atuou ativamente no cenário nacional como membro do Partido Comunista Brasileiro durante a chamada Era Vargas. No seu livro *Canais e lagoas*, escrito entre 1916-1917, Brandão (1999) apresenta registros da natureza que circundava o complexo lagunar Mundaú-Manguaba, onde se localizava a antiga capital, Alagoas (hoje Maceió), antes que mudanças trazidas pelo desenvolvimento atingissem a região. O livro traça um roteiro preciso do quão exuberante era a Mata Atlântica e seus recursos hídricos à época em que foi escrito, servindo como contraponto ao intenso e destrutivo processo de ocupação do solo que caracteriza a zona costeira de Alagoas e que se agravou com o passar do tempo.

Na segunda, observando-se a repartição do Brasil em capitânias, Alagoas torna-se a região extrema de uma das faixas que atravessam a fração portuguesa do continente. Passa a ser o fim da capitania de Pernambuco; fronteira, mediação para alcançar outras terras sob a força de outra capitania, a da Bahia. Então, embora abrigasse terras férteis e promissoras com relação às matas e ao cultivo da cana, era, nessa perspectiva de divisão política, uma terra longínqua em relação aos principais núcleos urbanos das duas capitânias.

A migração da Nova Lusitânia não foi celebrada apenas nas letras. Voltando ao início do século XVI, podemos nos reportar também às imagens, aos primeiros mapas traçados pelos europeus a cobrir as terras com a geometria e com as palavras. E no traçado, um dos elementos preponderantes foram os rios, por sua evidente função de possibilitar a penetração nas terras a partir das águas do mar. Em um dos primeiros mapas que representam as terras do Sul do Novo Mundo vemos menções ao rio São Francisco. Por esse ponto de vista, desde as primeiras imagens que retrataram a costa brasileira, a região de Alagoas já era assinalada.

No famoso planisfério de Cantino de 1502 (Figura 2), em traços finos que se delineiam por trás das imensas araras – únicos ícones desenhados na zona verde que mostram a costa do futuro Brasil –, observam-se as indicações dos rios São Francisco e São Miguel.

Mais adiante, no também famoso Terra Brasilis, de 1519, a pequena faixa que corresponde a Alagoas já apresenta uma lista maior de informações geográficas: além dos dois rios presentes em Cantino, surgem as serras de Santo Antônio e o Rio Alagado (Figura 3). Mas é a partir dos atlas produzidos pela família Albernaz que as primeiras imagens do território ganham precisão e detalhamento, como ocorreu de fato para a maior parte dos antigos núcleos civilizacionais da colônia portuguesa na América.

Ainda no século XVI deu-se o episódio que é usualmente reportado como marco da história da região: o naufrágio da nau Nossa Senhora da Ajuda com a cena de canibalismo, quando foram sacrificados D. Pedro Fernandes Sardinha e seus companheiros. Longe da cidade de Salvador e da vila de Olinda, as terras entraram para a história como o perigoso habitat de tribos temíveis, que se deviam combater.

Ainda nesse tempo podem ser encontradas nos relatos de cronistas da época menções às potencialidades de algumas áreas de Alagoas, favoráveis ao povoamento. É o que afirma Gabriel Soares de Sousa a respeito da região próxima ao rio São Francisco.



Figura 2 – Planisfério de Cantino. Autoria desconhecida, 1502. Fonte: Marques, [S.d.].



Figura 3 – Terra Brasilis, Lopo Homem e Família Reinell, 1519. Fonte: Costa (2007, p. 88).⁵

5. Detalhe A, com indicação de rios alagoanos.

6. Sousa (1938, p. 37-38).

7. Altavila (1988, p. 11).

8. Cf. Moreno (1999).

Está capaz este rio para se perto da barra dele fazer uma povoação valente de uma banda, e da outra para segurança dos navios da costa, e dos que o tempo ali faz chegar, onde se perdem muitas vezes, e podem os moradores que nele vivem fazer grandes fazendas e engenhos até a cachoeira, em derredor da qual há muito pau-brasil, que com pouco trabalho se pode carregar.⁶

Tempos mais tarde as matas e o desabitado das terras chamariam a atenção dos negros, que se esconderiam e construiriam quilombos sob seus palmares. Alagoas prossegue pertencente à capitania de Pernambuco até 16 de setembro de 1817, quando se tornou capitania autônoma.⁷

ALAGOAS SOB O OLHAR LUSO: OS MAPAS DA FAMÍLIA ALBERNAZ

Traçar os primeiros momentos da história territorial de Alagoas através das imagens significa atentar para uma pequena faixa dos mapas, mas, por outro lado, para um ativo cenário desde os primeiros momentos da história do Brasil colonial – seja pelo bispo devorado, seja pelos quilombos, seja pelas guerras holandesas. Os dois últimos acontecimentos emolduraram a mudança de estatuto de três povoados, em pontos diferentes do território, que, como consequência, ascenderam à condição de primeiras vilas de Alagoas, em 12 de abril de 1636, com as denominações de Bom Sucesso do Porto Calvo, Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul e São Francisco.

Na busca das representações desses locais, um segundo conjunto de imagens será oferecido nos mapas produzidos pela família Albernaz. Dentre seus atlas se destacam duas imagens aquareladas inseridas no *Livro que da Rezão do Estado do Brasil*, de 1616, de Diogo de Campos Moreno.⁸ Alagoas surge nessa representação confirmando a imagem de território sob o poder da água. Apresenta-se essencialmente como uma grossa faixa litorânea, recortada por vários rios, representados como arbustos azuis adentrando pelas terras. Nas suas pontas, como tímidos frutos, surgem engenhos, vilas e ícones sinalizando pequenas ocupações. As Alagoas de Diogo de Campos Moreno terminam em um horizonte azul como as águas, reportando improváveis cadeias de montanhas (Figura 4).

Entre as águas, predomina a informação sobre os rios. No trecho onde se acumula maior número de dados geográficos, e que se estende provavelmente do rio Persinunga (a toponímia não está totalmente legível) até as lagoas do Norte e do Sul, estão devidamente nomeados os rios das Pedras, Tatuamunha, Camaragibe, Santo Antônio, Paripuera, Pioqua, além de outros dois que, por conta de uma



Figura 4 – Imagem sem título. João Teixeira Albernaz I, 1616. Fonte: Moreno (1999, p. 32).

distorção na imagem acessada, não foi possível identificar. A legenda indica com letras maiúsculas as barras de Tituamunha (G), Camaragibe (H), Santo Antônio Miri (I), Paripuera (L) e Jaragua (M). Na região desta última barra surgirá a cidade de Maceió, no século XIX.

Continuando a sinalização das águas, foram representadas na forma gráfica e escrita as lagoas do Norte e do Sul. Pode ser observada a indicação do nome *P. do Calvo* (P), possivelmente uma referência ao porto propriamente dito, já que a povoação que recebe esse título está situada a certa distância do mar. Vê-se a importância concedida às lagoas, cercadas por ícones que sugerem ocupação (Figura 5). Do Norte e do Sul, mas também conhecidas como Mundaú e Manguaba, as lagoas receberão em suas margens as futuras vilas de Maceió e Santa Maria Madalena, respectivamente (Figura 6).

Nesse mapa não foram indicados textualmente engenhos de açúcar ou outros tipos de estrutura correlatas a essa atividade econômica. Entretanto, a partir do texto contido na legenda pode-se compreender a intenção dessa carta, e de expressiva parte do material cartográfico seiscentista, de se colocar como guia,



Figura 5 – Recorte da Figura 4, com a demarcação de rios e barras alagoanos. João Teixeira Albernaz I, 1616. Fonte: Adaptado de Moreno (1999, p. 32).



Figura 6 – Recorte da Figura 4. Lagoas do Norte e do Sul, atuais Mundaú e Manguaba. João Teixeira Albernaz I, 1616. Fonte: Adaptado de Moreno (1999, p. 32).

sobretudo para acesso às propriedades produtivas: “Mostrãoe todos os Rios e os acentos das fazendas e sua separação, e como demorão e o modo em que corre a costa. Com suas mais neserárias conheçensas e advertimentos”.

Os mapas de Albernaz e outros que se seguem ainda no século XVII se inscreveram assim na “cartografia do açúcar”, denominação cunhada por Jayme Cortesão⁹ ao constatar que grande quantidade de mapas portugueses foi produzida não apenas para representar a costa brasileira, mas também para pontuar os engenhos de açúcar ou pelo menos indicar seus acessos.

Na malha ondulada dos rios ampara-se a representação gráfica de diferentes edificações isoladas, algumas com torre e cruz, com dois ou mais volumes e ainda outras mais simples, apenas como se aludissem a casas. O único povoado representado com indicação gráfica e textual é o de Santa Luzia (Figuras 7 e 8). Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, a primeira e única vila situada na área das lagoas no decorrer dos séculos XVII e XVIII, e que, como se viu, alcançou esse estatuto já em 1636, não é referida. Santa Luzia, povoado contemplado com a representação mais completa – casario e nome – apenas foi elevado à vila em 1830.

O segundo mapa que reporta Alagoas (também sem título), ainda no contexto do *Livro que da Rezão do Estado do Brasil*, possui aspecto semelhante ao anterior, com tons de azul predominantes na paisagem aquarelada. No entanto, a configuração rumo ao interior é mais evidente, prolongando as serras e acompanhando em maior extensão o rio São Francisco (Figura 9). Pode-se observar um crescente número de elementos do território alagoano, indicados graficamente e pela legenda. Esta, além de identificar os dados contidos no mapa, também complementa o texto com algumas informações.



Figuras 7 e 8 – Recortes da Figura 4. Representação de diversos tipos de edificações e indicação de Santa Luzia, respectivamente. João Teixeira Albernaz I, 1616. Fonte: Adaptado de Moreno (1999, p. 32).



Figura 9 – Imagem sem título. João Teixeira Albarnaz I, 1616. Fonte: Moreno (1999, p. 34).

Diversos elementos naturais estão presentes, mas a legenda dá destaque para os rios, entre eles, o São Miguel (L) – “abundante de m^{tas}. cousas”; Ipochi (O); Corovui (provavelmente o Coruripe, devido à localização e à semelhança da toponímia) (P); Ipeba (Q); dos Cabaços (II) – “q deçeda Serra de Comandatuba”; Taraguaipu (NN) e o São Francisco. Este rio não é mais simplesmente coberto por uma única nomeação, mas já recebe indicação quanto à sua barra (A) e ao seu sumidouro (FF). São nomeadas também duas quedas-d’água: “DD Primeyra cachoeira donde entra o rio de S. Fr^{co}”; “EE Segunda cachoeira donde entra o rio das cõchas” (possivelmente Conchas).

Dando continuidade aos elementos hídricos, as lagoas também foram representadas e indicadas na legenda, como a do Norte (G) e a do Sul (I), ou seja, Mundaú e Manguaba, além das de São Miguel (E), Iuquiau (N), Piaguy (R), Guaratuba (T) e Parauna (V). Nestas duas, diz a carta, “se fazê pescarias”. Dois portos, com suas sondas (profundidades), estão demarcados nesse mapa: o dos

Franceses e o de Jaraguá (Jaraguá), demonstrando até sua enseada. Dessa maneira, indiretamente, o território da futura capital Maceió, que só se tornou vila e cidade no período republicano, inaugura sua representação, para além da geografia através do porto de Jaraguá, que conservou essa denominação até os dias de hoje.

Um dado topográfico interessante representado nesses mapas consiste nas barreiras vermelhas, indicadas na legenda (C), mencionadas no famoso relato de Gabriel Soares Sousa no século anterior e que até hoje caracterizam expressivas extensões do litoral alagoano.¹⁰ Em seu relato, Sousa parece estar se referindo a uma parte na região norte de Alagoas. De qualquer maneira, essa conformação geológica chamou a atenção dos europeus. Cabe lembrar que a própria carta de Caminha abordou essas terras de coloração viva,¹¹ e este se constituiu em um elemento que animou a polêmica entre historiadores sobre outras possibilidades para o local de desembarque da esquadra cabralina, aventando-se inclusive a costa alagoana.

Além dos elementos naturais, esse mapa traz também informações acerca de uma aldeia – situada, no entanto, no lado pertencente a Sergipe – e representa graficamente algumas edificações localizadas nas proximidades das lagoas do Norte (I e G) e do Sul e do rio São Miguel (L). Corroborando a ideia de que os mapas de Albernaz possuíam, dentre outras intenções, a de localizar os acessos aos engenhos, essa imagem traz uma referência direta (gráfica e na legenda) à existência dos engenhos e de plantações de cana: “G. Alagoa do Norte com dous engenhos”; “I. Alagoa do Sul com m^{ias}. canas dasucar”; “M. Casas e engenho dos Rochas. Snõrs deste Rio” (Figuras 10 e 11).

O território alagoano recebe novamente a informação valiosa quanto à existência do povoado de Santa Luzia, identificado por uma iconografia que reúne algumas casas dispostas em torno de um espaço central, com uma edificação religiosa, configuração semelhante à do mapa anterior. A legenda refere-se ao núcleo como “Villa nova de Santa Luzia, feita por hũ seguõ”, embora se saiba que esse povoado não tinha alcançado tal estatuto.

Ao final da legenda, o cartógrafo caracteriza os locais indicados nesse mapa como “os lugares maes notaveis desta Comarca por sua grandesa”.

As próximas duas imagens analisadas consistem em cartas inseridas na obra *Estado do Brasil Coligido...*, de 1631, de Albernaz I. Esses mapas apresentam aspecto pictórico e compositivo ligeiramente diverso dos dois comentados anteriormente. Na coloração domina o amarelado, embora com a presença de verde e azul para, novamente, distinguir as águas; e termina como se quisesse prover o mapa de certa profundidade, tingindo as montanhas em tons lilases.

10. Sousa descreveu tais barreiras da seguinte forma: “Neste rio de Camaragipe entram navios de honesto porte, e na ponta da barra dele da banda do sul tem umas barreiras vermelhas, cuja terra ao longo do mar é escavada até o rio de Santo Antônio Mirim, que está dele duas léguas, onde também entram caravelões da costa” (1938, p. 32, grifos do autor).

11. [Esta terra, o Brasil] “Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos” (Caminha, 1500, p. 8).



Figura 10 – Imagem sem título. Destaque para as marcações A e B, com indicações de pontos de fixação no território. Fonte: Adaptado de Moreno (1999, p. 34).

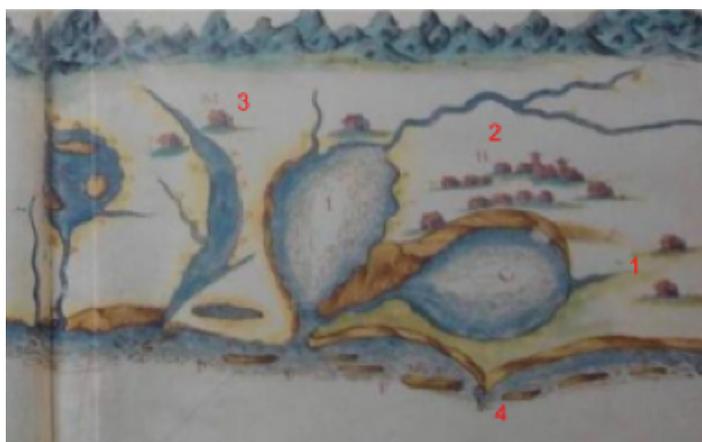


Figura 11 – Detalhe B ampliado. 1. Engenhos próximos à Lagoa do Norte; 2. Santa Luzia; 3. Engenho dos Rocha; 4. Porto de Jaraguá. Fonte: Adaptado de Moreno (1999, p. 34).

Na Carta da costa que se estende da Bahia de Todos os Santos até a Barra do Rio São Francisco (Figuras 12, 13 e 14), no que se refere ao território alagoano surge apenas o rio São Francisco, com informações de apoio à navegação, referências à entrada, barra, limite navegável e presença de cachoeira: “Barra do Rio de S. Fr^{co}. emq. pode entrar pataxos; Até esta cachoeira navegão Caravelões”.

Cerca de vinte afluentes foram representados graficamente ao longo de sua extensão, nas duas margens, mas sem mencionar a toponímia. Ainda que nessa época já houvesse alguns povoados na região, inclusive o de Penedo ou São Francisco, não foram indicados.

A segunda carta desse conjunto abrange uma área que se estende do rio São Francisco até as proximidades de Cabo de Santo Agostinho (Figura 15). As informações concentram-se na indicação dos principais rios, entradas, portos e arrecifes, incluindo também as sondas das barras, a fim de comunicar as possibilidades de navegação e ancoragem.

Os rios alagoanos cuja indicação textual foi identificada são: Pirasinunga (1); Camaragibe (2), com “barras para navios pequenos”; Santo Antônio Grande (3); Santo Antônio Mirirm (4); Riacho Doce (5); São Miguel (6), sobre o qual o mapa informa que “da banda do Sul tem barra para pataxos”; Jaqueassu, provavelmente o Jequiá (7); Ypochi (8); Coruripe (9); Ypeba (10) e São Francisco (11). Sobre este, Albernaz refere-se novamente à barra, indicando a possibilidade de navegação por caravelões e patachos.



Figura 12 – Carta da costa que se estende da Bahia de Todos os Santos até a Barra do Rio São Francisco. Fonte: Albernaz (1631).



Figura 13 – Detalhe da foz do rio São Francisco. Fonte: Albernaz, 1631. Adaptado.

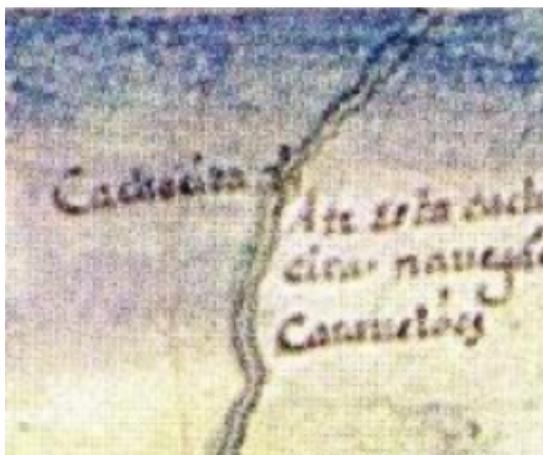


Figura 14 – Detalhe de uma das cachoeiras. Fonte: Adaptado de Albernaz (1631).

Quanto aos demais pontos de entrada têm-se: “Porto velho dos franceses bo’ [bom] para pataxos (A); Porto dos Franceses em que entrão naos grosas. Entrão nelle [trecho ilegível] (B); Barra formosa de largura tem 80 braças, no Porto tem [trecho ilegível]. Capaz de grandes embarcações (C)”.

Além desses pontos, foram indicados também: novamente as “barreiras”, sem referir-se à coloração (D); “Ponta de Pausara (E); Barra da Lagoa (F); Ponta de Piocaem (G); Porto das Pedras (H); P. do Calvo (I); Outeiro de São Bento (J) e Ponta dos Mangues (L)”. Há ainda outros elementos representados, porém a grafia impossibilitou sua identificação. Nessa carta surge mais uma indicação geográfica referente a Maceió: a ponta da Pajuçara, enseada que se segue à do Jaraguá e que mantém a toponímia até os dias de hoje.

Uma incógnita nesse mapa é a ausência de indicação das significativas lagoas do Norte e do Sul, que foram representadas em cartas anteriores do mesmo autor.

Ainda que os engenhos e as fazendas não estejam presentes nesse mapa, pode-se supor que a frequente menção a barras e portos indicaria as principais entradas existentes na costa que dariam acesso àquelas unidades fabris.

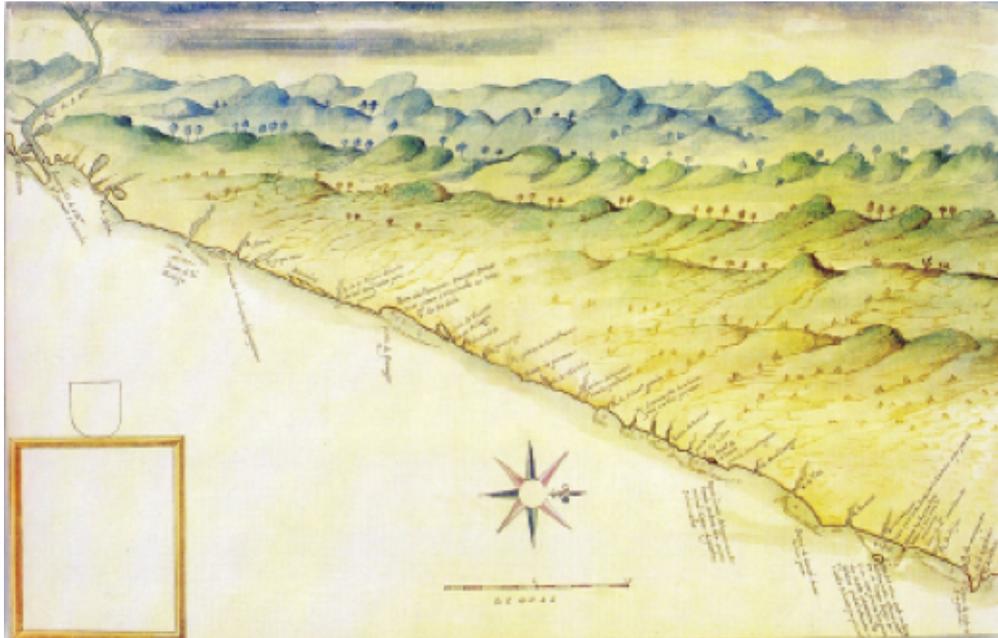


Figura 15 – Capitania de Pernambuco. Fonte: Albernaz (1631).

Finalizando a análise das obras de Albernaz I, seguem-se duas cartas contidas em *Descrição de todo o marítimo da Terra de S. Cruz...*¹² com algumas modificações na forma de representação do território, bem como na quantidade de informações. O padrão de composição demonstrado nas cartas anteriores, de 1616 e 1631, permaneceu com a representação de montanhas rumo às áreas desconhecidas ou mais distantes. A vegetação, com pequenos respingos de ícones que desenham as árvores, dificilmente remete ao que o imaginário configura como áreas de mangue e de Mata Atlântica que cobriam vigorosamente o território. O enquadramento da carta é o mesmo, colocando o território em diagonal, ocupando metade do quadro, e o oceano, a outra. O mapa continua a descrição detalhada da costa, e mantém-se a predominância dos rios e barras, com informações escritas sobre a condição de navegabilidade e acesso.

O primeiro mapa (Figura 16) acolhe uma pequena parte do território do atual estado de Sergipe e a região correspondente ao território alagoano entre os rios São Francisco e Santo Antônio Mirim (Pequeno). O texto no verso da carta menciona o rio São Miguel como o mais importante desse trecho e aponta os portos dos Franceses e de Jaraguá como os principais. Sobre este último, acrescenta que tem “agoa bonissima” e que pode ser comparado ao de Recife. As barreiras

13. Elementos representados – Rios: São Francisco (1); Riacho (2); Coruripe (3); Iaueassu (4); São Miguel (5); Rio Doce (6); Santo Antônio Pequeno (7). Lagoas: sem nome (8); Hipochi (9); Lagoa (10); do Sul (11) e do Norte (12). Portos: Porto Velho dos Francezes (13); Porto dos Francezes (14). Outros: Barreiras vermelhas (15) e Ponta de Iaraguya (ou Iaraguara) (16). Cf. infográfico elaborado por Menezes, 2011, p. 98.

vermelhas são novamente mencionadas, até com representação gráfica, no trecho entre os rios São Miguel e Iaueassu.

Nesse mapa as lagoas do Norte e do Sul estão claramente visíveis, inclusive com a indicação da barra da primeira e de sua profundidade. Há ainda outras três lagoas, porém sem indicação de toponímia.



Figura 16 – Sem título. Fonte: Albernaz (1640).¹³

Texto anexo ao mapa:

Do Rio de São Fco. Vai continuando a Costa ao Norondeste os Portos e Rios principais, são os seguintes: o Rio de São Miguel tẽ hua barra da banda do Sul pola qual entrã Caravelas e Pataxos, mastẽ hus baixos, da banda de fora da Barra que há mister piloto que saiba entrar, pẽra dentro; o Porto dos francezes em que podẽ entrar navios grossos tẽ a barra da banda do sul; A ponta de Iaraguaya, faz hu porto que está em 10 graos largos, emq podẽ surgir grandes navios, e, em grade quantidade, a entrada he pola banda do Norte e na mesma ponta tẽ agoa bonissima, he bõ porto emparado co o Recife. Toda esta terra He da Capitania de Pernaõbuco tão fertil e rica como se sabe.

O último mapa (Figura 17) abrange uma faixa de terra situada entre o Riacho Doce, território alagoano, e o Rio dos Afogados, território pernambucano. O texto que o acompanha não traz muitas informações, mas indica a Barra Grande como o principal porto do trecho: “dentro dos Recifes, o principal [porto] he a barra grãde que esta em altura de nove graos e hu terço largos e outros como na demonstração cõ muita clareza se pode ver”.

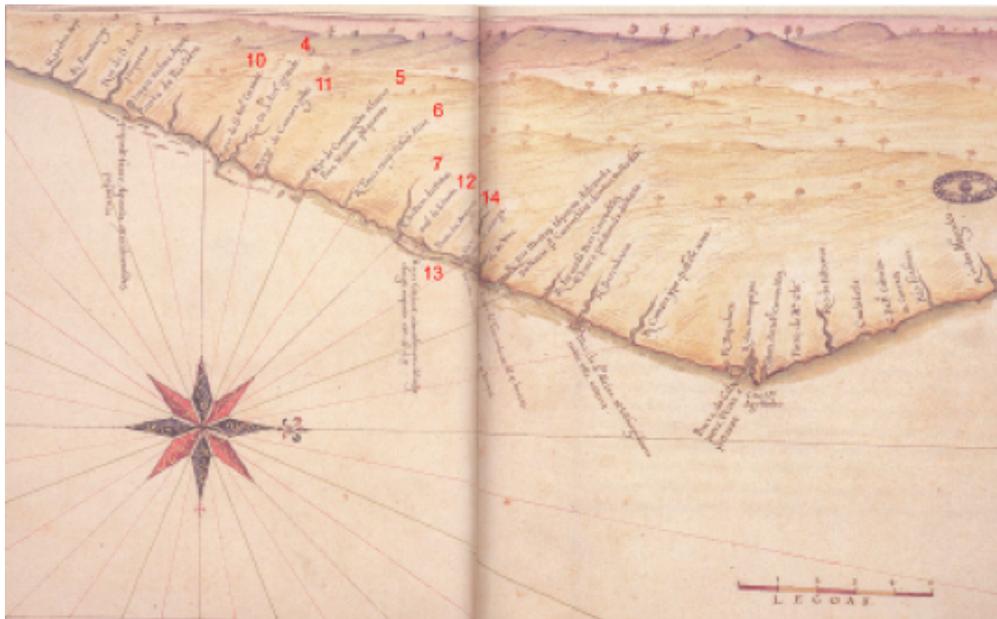


Figura 17 – Imagem sem título. Fonte: Albernaz (1640).¹⁴

14. Elementos representados que correspondem ao território alagoano – Rios: Riacho Doce (1); Paratangi (2); Santo Antônio Pequeno (3); Santo Antônio Grande (4); Camaragibe (5); Totuamuy (6); do Porto das Pedras (7). Outros: Lagoa de Boa Água (8); Ponta de Piocaem (9); Porta de Santo Antônio Grande (10); Morro de Camaragibe (11); Outeiro de São Bento (12); Barra Grande (13); Ponta dos Mangues (14). Cf. infográfico elaborado por Menezes, 2011, p. 99.

ALAGOAS SOB O OLHAR HOLANDÊS: O MAPA DE MARCGRAF

Como visto, o século XVII foi um período de grande desenvolvimento para a região sul da capitania de Pernambuco, sobretudo em decorrência do crescimento da produção e comercialização do açúcar – principal item de exportação. Esse século se conturba com a invasão dos neerlandeses à capitania pernambucana, motivados pelos conflitos com a Espanha e pela vantajosa situação agroexportadora do Brasil na produção de açúcar. Liderados pela Holanda, fundam a Companhia das Índias Ocidentais (*Westindische Compagnie*, WIC) que instalou no Nordeste brasileiro um governo mercantil, caracterizado por relativa tolerância aos povos dominados.

Com o objetivo de conhecer as potencialidades do Brasil e informá-las aos representantes superiores da WIC, foram realizadas diversas expedições no território sob seu domínio, o que resultou em um extenso conjunto de relatos contendo levantamentos minuciosos do território – não só sobre os fatos da guerra, mas também sobre a situação do lugar encontrado, tanto na sua dimensão ampla, como nos detalhes: geografia, vegetação, fauna, gentes. Essa produção teve seu apogeu durante os oito anos em que o conde João Maurício de Nassau foi governador do chamado Brasil Holandês. De formação humanista, Nassau traz

15. Sobre esse tema, cf. Silva; Alcides (2003).

16. Zandvliet (2002).

17. Barléu (1647).

conseguiu uma missão que intensificou o rastreamento da colônia sob os mais diversos aspectos. Além disso, promoveu reformas urbanas em Recife, construiu dois palácios e o primeiro jardim botânico da América do Sul.¹⁵

A cartografia neerlandesa informa aos sócios da WIC as ações possivelmente empreendidas, através da localização de fortificações, da configuração do traçado dos caminhos e arruados e das características dos sítios naturais, aspectos importantes para a elaboração de estratégias de ocupação de um território. Tratava-se de um grande empreendimento comercial, e conhecer fazia parte da estratégia da conquista e consequente obtenção de lucros.¹⁶

Durante o período nassoviano, as terras que seriam Alagoas foram intensamente cruzadas nas expedições que chegaram até o rio São Francisco, onde João Maurício realizou sua maior obra de fortificação, o forte Maurício, na vila de Penedo, localidade situada em ponto extremo da área de dominação neerlandesa. De fato, o forte está inserido em um conjunto de outras estruturas de segurança, como estratégia de salvaguarda dos territórios conquistados. Esses dados se referenciam nas imagens e no material cartográfico publicados no livro de Barléu, a luxuosa obra encomendada por Nassau para relatar seus feitos no Novo Mundo.¹⁷

Outro destaque é um mapa mural, desenvolvido em nove folhas, de autoria de Georg Marcgraf e produzido em 1643. Essa obra pode ser considerada o mais importante feito cartográfico do Brasil holandês. De grandes dimensões – 101 x 160 cm –, abarca várias capitânicas e informa minuciosamente sobre acidentes geográficos, caminhos, povoados, engenhos etc.

Seu autor nasceu em Liebstadt, pequena cidade da Alemanha, em 1610, e teve uma formação bastante abrangente, que contemplava conhecimentos em medicina, matemática, astronomia, botânica, cartografia, entre outros. Sua chegada ao Brasil ocorreu em 1638, atuando inicialmente como auxiliar do naturalista e médico do conde João Maurício de Nassau, Guilherme Piso. Aqui, Marcgraf empenhou-se em diversas atividades, como a instalação do primeiro observatório astronômico da colônia, localizado em Recife; o estudo e a catalogação de diversas espécies de animais e plantas, certamente contando com o auxílio dos indígenas; além das expedições pelos domínios da Companhia para realizar levantamentos geográficos e hidrográficos, inclusive do rio São Francisco. Em 1644 partiu do Brasil para Angola e lá faleceu precocemente, nesse mesmo ano, vítima de uma febre tropical. As expedições de Marcgraf por parte do Nordeste resultaram no mapa da Figura 18, executado em cartas individuais que em 1647 foram publicadas como um mapa único por Joan Blaeu; este acrescentou ainda um longo texto contendo informações sobre as capitânicas representadas.



Figura 18 – Brasiliae Geographica et Hydrographica Tabula Nova, Continens Praefecturas de Ciriji, cum Itapuama de Paranambuca, Itamaraca, Paraiba et Potigi vel Rio Grande. Quam propiis Observationibus ac dimensionibus, diuturna peregrinationi a se habitis, fundamentaliter superstruebat et delineabat Georgius Marggraphius, Germanus, anno Christi 1643. Fonte: Herkenhoff (1999, p. 72).

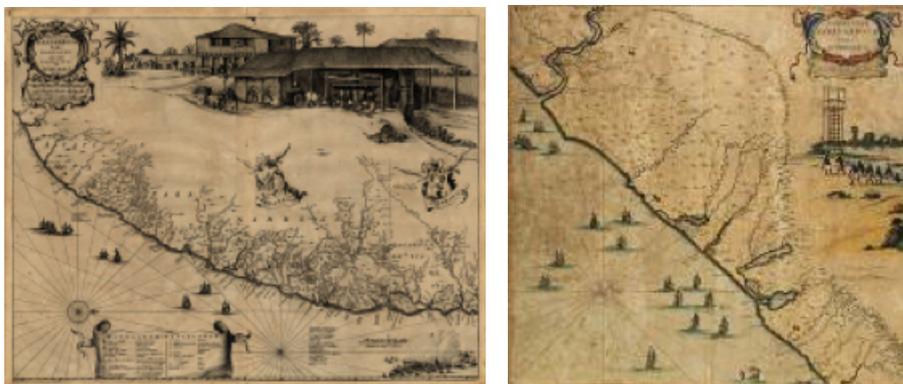
É seguramente o mapa mais completo de uma região do Brasil colonial. Jaime Cortesão comenta uma afirmativa do Barão do Rio Branco (1845-1912) acerca desse mapa, alegando que “ainda hoje, quem quer estudar a zona marítima desde o Rio Grande do Norte até Sergipe, encontra no mapa do ilustre Marcgraf valiosas indicações geográficas que debalde procuraria nas cartas brasileiras, mesmo as mais recentes, todas levantadas em escala muito menor”.¹⁸

Além das informações geográficas, essa carta nos permite um passeio pelas paisagens nordestinas, através dos adornos acrescentados por Frans Post, além dos cartuchos informativos. Diferente dos mapas de Albernaz, a paisagem surge aqui detalhadamente, com cenas que retratam em especial os aspectos da vida rural e dos engenhos. O cotidiano do trabalho é demonstrado na indicação de atividades desenvolvidas pelos escravos e outros personagens do mundo colonial. Uma imagem traz uma casa de farinha, com estrutura bastante semelhante à que ainda é possível encontrar no interior do Nordeste nos dias atuais. Está registrada ainda a pesca com rede de arrasto.

Flores, folhagens e frutas tropicais, como abacaxi e coco, e alguns animais, tais como anta, cobra, tamanduá e emas, povoam o mapa. Representam-se também diferentes ferramentas e utensílios, além de brasões concedidos por João de

Maurício de Nassau às capitânicas. Somam-se ao registro das atividades produtivas cenas de batalhas entre europeus e indígenas, caças de animais, rituais dos índios, bem como conflitos marítimos e diferentes embarcações.

O trecho do mapa que corresponde ao território alagoano está nas cartas individuais, que no livro de Barléu são apresentadas sob os títulos “*Praefecturae Paranambucae pars Borealis*” e “*Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis*” (Figuras 19 e 20).¹⁹ A primeira cobre a região norte de Alagoas, em torno de Porto Calvo até o rio dos Frades, e a segunda abrange esse rio até o São Francisco, limite da capitania.



Figuras 19 e 20 – *Praefecturae Paranambucae pars Borealis* e *Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis*, respectivamente. Georg Marcgraf, 1643. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (2010).

Embora ainda concentrado na costa, o território representado expande-se de maneira surpreendente em relação ao que se havia registrado anteriormente. É possível observar as terras alagoanas sob um ponto de vista bastante amplo e identificar alguns mecanismos de territorialização utilizados pelos colonizadores, por exemplo, a distribuição dos engenhos, a localização das vias de penetração e a implantação dos núcleos habitados essencialmente na faixa litorânea, embora essa proximidade seja relativa em Alagoas, pois as três vilas, Porto Calvo, Madalena e Penedo, distam do mar.

Os engenhos continuam desempenhando importante papel no processo de formação territorial de Alagoas, pois, como a instalação e o funcionamento desses complexos demandavam grande quantidade de trabalhadores, muitas vezes caracterizavam-se como pequenos povoados. O mapa pontua diversos exemplares, com a indicação da força motriz de cada engenho – se água ou animais –, além da presença ou não de capela.

Mais significativo que a localização dos engenhos foi representar os acessos a estes, indicando as principais vias fluviais e terrestres, dentre as quais cabe salientar a importância dos pequenos mananciais, que se apresentam de forma inaugural nesse mapa (Figuras 21 e 22).

A cultura da cana procurou sempre as proximidades das regiões de rios ou de riachos, e não se distanciou, por interesses comerciais, do mar. É na água dos rios, dos pequenos rios, que o senhor de engenho encontra o melhor colaborador para sua organização econômica. É no rio que ele vai buscar não somente a água para movimentar a moenda; nele está a água para dar umidade ao solo, para o transporte da produção, para o banho dos animais; também para o seu banho e o de sua família.²⁰

Ainda no intuito de identificar os acessos aos engenhos, também são representadas e algumas vezes descritas as entradas na costa, com suas larguras e profundidades. São portos, enseadas e outros ancoradouros fundamentais para o desenvolvimento das principais atividades relacionadas à produção e comercialização do açúcar, o que confere a esse mapa o caráter mercantil próprio do interesse neerlandês.

Apesar de alguns problemas com a grafia de palavras que atravessam diferentes idiomas, foi possível identificar a maior parte dos rios, povoados e engenhos indicados (Quadros 1 e 2).

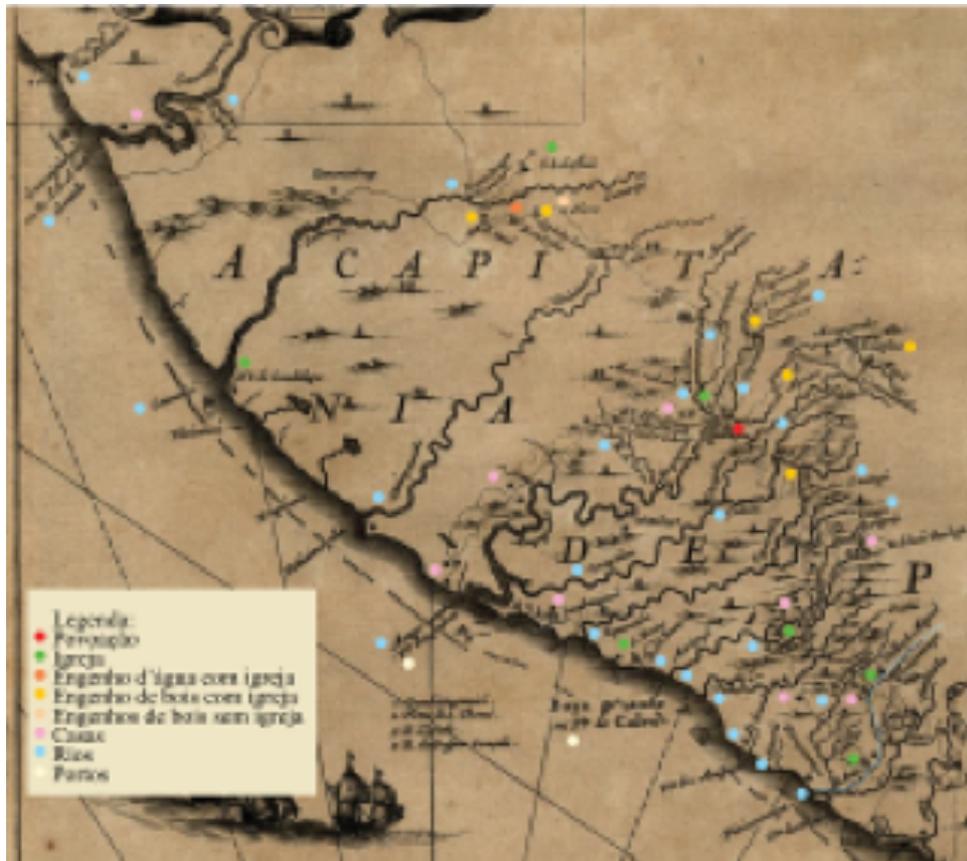


Figura 21 – Detalhe do mapa Praefecturae Paranaubuae pars Meridionalis. Georg Marcgraf, 1643. Fonte: Adaptado da Biblioteca Nacional de Portugal (2010).

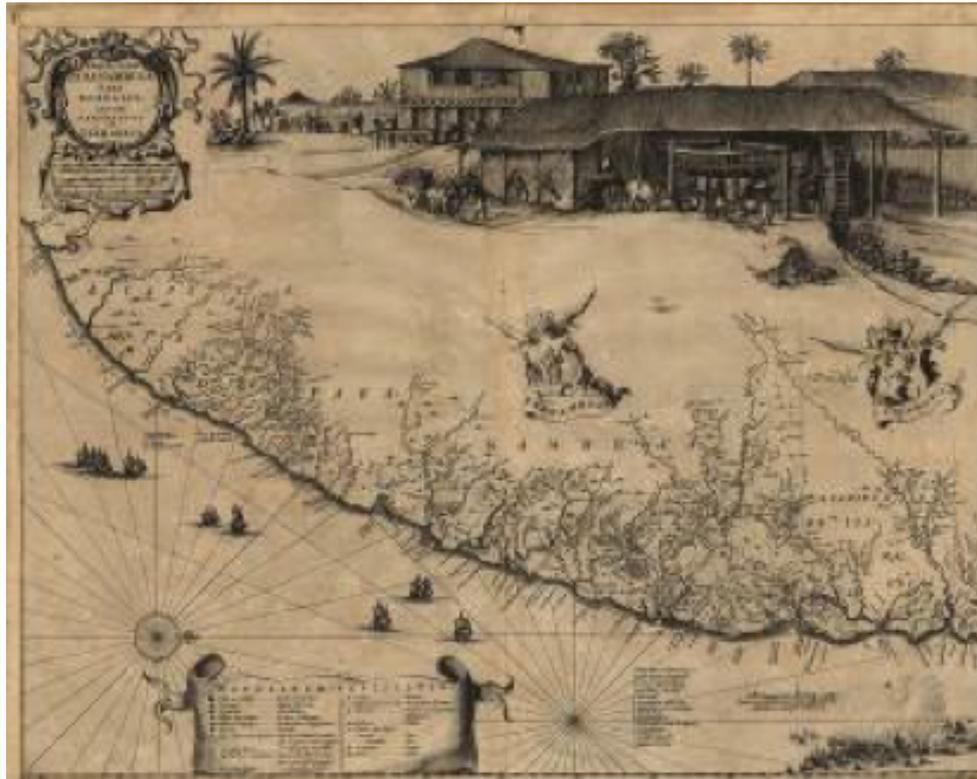


Figura 22 – Praefecturae Paranambucuae pars Borealis. Georg Marcgraf, 1643. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (2010).

PRAEFECTURAE PARANAMBUCAE PARS MERIDIONALIS

Quadro de sistematização

RIOS

São Francisco (ou Parapitinga)	Piagui	Ipoxi	Piracaba	Piaçica
Parauna ou Parauma	Cururuí	Ilequea (Jequiá)	Cabotá	Urubutinga
Çenembi ou Rio de São Miguel	Çobauma	Itinga	Paraíba	Tobatinga
Miguai	Tagoa (?)	Guiratinga	Igapi	Copaíba
Potiguaçu	Miguai	Rio de Pero Cabreiro	Mondai (Mundaú)	Potiguaçutiba
Carrapato	Rio das Lagoas	Rio Doce	Çabuçu	Paripoera
Ipioca	Rio dos Frades	Guaraiguaçu ou Castanha	Ietiiba	Tapamandé

<i>PRAEFECTURAE PARANAMBUCAE PARS MERIDIONALIS</i>				
Quadro de sistematização				
Rio de Santo Antônio	Rio Parariji (?)			
LAGOAS				
Upabuçu (Lagoa Grande)	Upaba	Piripiri	Lagoa Doce	lequea
Lagoa Tabeada (ou Taboada)	Lagoa Salgada	Lagoa d'Acarpeba	Paraigera ou Alagoa do Sul	Mondai ou Alagoa do Norte
POVOAÇÕES				
Nossa Senhora da Aiuda (Ajuda)	Santa Luzia	Nossa Senhora da Conceição		
IGREJAS				
Nossa Senhora da Conceição	Santo Amaro	Nossa Senhora d'Aurade	Nossa Senhora do Loretto	N. S. da Aiuda
São Gonçalo				
ENGENHOS				
N. S. do Rosário	Salgado	N. S. da Anunciação de S. Gabriel (Velho)	N. S. da Aiuda	N. S. da Encarnação
N. S. da Penha de França	São Cristoval (S. Cristóvão)	Santo Antônio		
OUTROS ELEMENTOS IDENTIFICADOS				
Currais (diversos)	Porto dos Franceses	Ponta de laragua	Ponta de lossara	Ilha da Misericórdia
Ilha dos Porcos	Forte Mauritius			

Quadro 1 – Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis: sistematização. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2010.

<i>PRAEFECTURAE PARANAMBUCAE PARS BOREALIS</i>				
Quadro de sistematização				
RIOS				
Rio de Frades	Guaraiguaçu ou S. Antônio Grande	Agoa Fria	Camuriji (Camaragibe)	laçaratinga
Tatuaymunha	Mangaguaba	Iapararutuba	R. de São Bento	Mariguiji
Oiebir	Piraçununga	Amoii	Rio de I. Dourado	Maciaguaçu

PRAEFECTURAE PARANAMBUCAE PARS BOREALIS				
Quadro de sistematização				
Rio de I. Barbosa	Itinga	Guatapi	Comendatiba	Tapamundé
Agoapetiba	Mocibita (?)	Rio do Caroço	Çurubina	Urupeima
Çubiaí				
PORTOS				
Baya Grande ou Porto do Calvo	Porto das pedras			
POVOAÇÕES				
Nossa Senhora da Apresentação ou (?) ou Porto Calvo				
IGREJAS				
N. S. de Guadalupe	São Sebastião	São Bento	Santo Antônio	Velha de São Miguel
São Sebastião	Santo Amaro			
ENGENHOS				
Novo	Spirito Santo	Bom Jesus	S. ?	N. Senhora da Aiuda
São Francisco	São Cosmo	Alpoins		
OUTROS ELEMENTOS IDENTIFICADOS				
Currais (diversos)	Porto dos Franceses	Ponta de Iaragua	Ponta de Iossara	Ilha da Misericórdia
Ilha dos Porcos				

Quadro 2 – Praefecturae Paranambuciae pars Borealis: sistematização. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2010.

O papel econômico de Alagoas dentro da capitania de Pernambuco ia, no entanto, além da produção de açúcar. Também o gado era uma potencialidade na região, sendo mencionado em vários textos de época como muito numeroso e de qualidade. A isso Marcgraf também esteve atento, e representou em seu mapa diversos currais, inclusive os Campos de Inhauns, os mais famosos e disputados da época, que comportavam uma estrutura de tabuleiros propícios ao cultivo de arrozais, em volta da várzea do rio São Miguel (Figuras 23 e 24).

Além de desempenhar importantes atividades econômicas, Alagoas possuía ainda uma posição geográfica estratégica, principalmente por ser a região próxima ao rio São Francisco, atravessada pelo principal caminho terrestre de passagem



Figuras 23 e 24 – Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis e detalhe dos Campos de Inhaúns, com a indicação dos currais. Fonte: Adaptado da Biblioteca Nacional de Portugal (2010).

para a capitania da Bahia. Nesse período, embora seja claro o privilégio às vias fluviais, as estradas de terra também consistiam em importantes elementos de interligação entre os pontos de ocupação esparsos no território. Marcgraf registra diversos caminhos que serpenteiam pela superfície do mapa, ligando diversas localidades, mas sobretudo engenhos e povoações. Há também estradas que ligam pontos habitados no território a rios, portos ou ao mar (Figura 25).

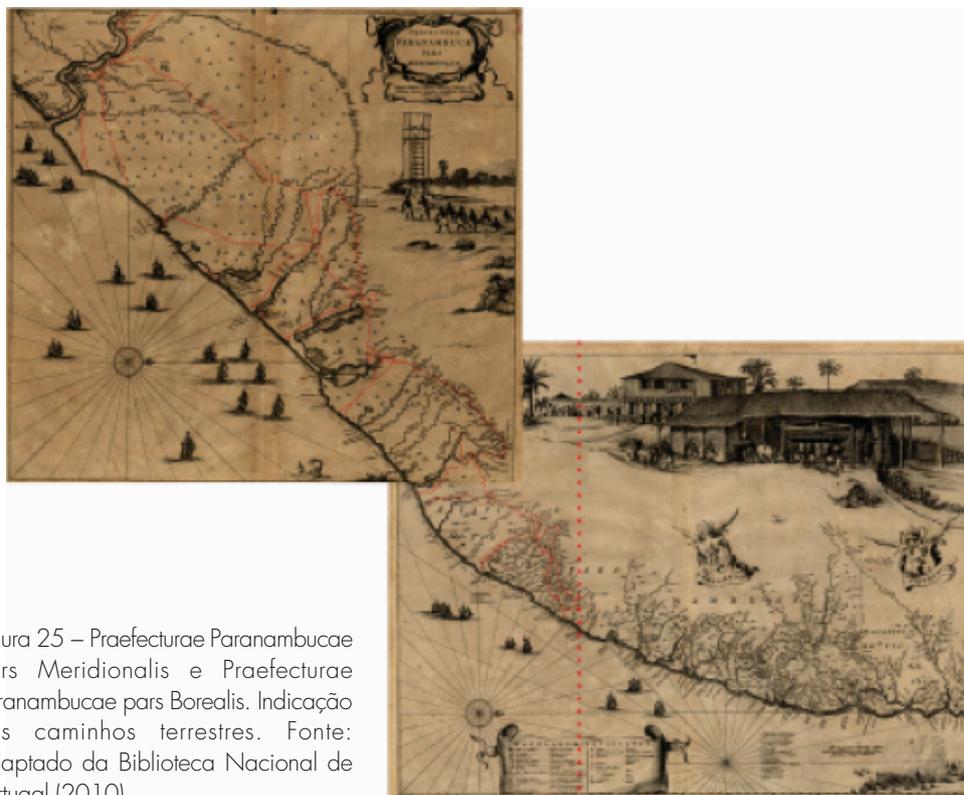


Figura 25 – Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis e Praefecturae Paranambucae pars Borealis. Indicação dos caminhos terrestres. Fonte: Adaptado da Biblioteca Nacional de Portugal (2010).

Entre essas estradas, o autor destaca, através da indicação textual, o Caminho do Conde, o que pode significar o percurso utilizado por Nassau ou por Bagnuoli em suas expedições, visto que ambos portavam à época o título nobiliárquico de conde; e o Caminho de Camarão, ou seja, do líder potiguar fundamental na resistência aos neerlandeses organizada por Matias de Albuquerque (Figura 26).



Figura 26 – Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis. Indicação em vermelho dos caminhos de Camarão (1) e do Conde (2). Fonte: Adaptado da Biblioteca Nacional de Portugal (2010).

Enquanto os rios caracterizam-se como caminhos naturais, as estradas constituem o resultado da intervenção humana no território, imprimindo no chão a vontade dos nativos e dos colonizadores, de acordo com suas necessidades. Dependendo da importância dos pontos que esses caminhos ligavam e da frequência de sua utilização, algumas estradas ou parte delas permaneceram em períodos posteriores, algumas chegando aos dias atuais. Através de estudos comparativos com material cartográfico dos séculos XVII, XIX e XXI, foi possível observar semelhanças entre caminhos traçados no mapa de Marcgraf e estradas mais recentes. O caminho do Conde, ligado ao de Camarão, chegando até a vila

de Penedo, por exemplo, assemelha-se ao da estrada formada pela AL-116 e parte da AL-110, além de partes da BR-316 e BR-101 (Figura 27). Há também uma via próxima à Lagoa Manguaba e que hoje consiste na AL-215 (Figuras 27, 28 e 29). Com algumas ressalvas e desvios pelo caminho, pode-se levantar a hipótese de que a origem de seus traçados remonta ao século XVII.



Figura 27 – Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis. Indicação de caminhos. Destaque para as estradas nas cores amarela e roxa. Fonte: Adaptado da Biblioteca Nacional de Portugal (2010).

Tomando como apoio um mapa de 1823 (Figura 28), localizado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pode-se observar que as estradas estão em maior número, mas as destacadas no mapa anterior também podem ser vistas neste, de forma semelhante.

Além dos caminhos, o mapa de Marcgraf sinaliza outros elementos de permanência do território de Maceió que confirmam os elementos representados nas cartas de Albernaz: as pontas de "loçara" (atual Pajuçara) e de "laragea" (Jaraguá) e a lagoa Mundaú. Amplia-se a listagem com o riacho Doce, também pertencente ao atual território do município.

Portanto, com relação aos mapas portugueses, confeccionados quase ao mesmo tempo, a obra de Marcgraf dota o território alagoano de um explosivo número de dados que surgem traçados com extrema exatidão, se considerarmos os recursos da época. Geografias, caminhos e obras arquitetônicas mostram-se semeados pela superfície do mapa, ainda acrescido dos desenhos e vinhetas de Post. Com eles, pequenos pontos gráficos, como os que sinalizam os engenhos, ganham uma visão “fotográfica”, com contexto paisagístico natural, figurantes, movimento e cor.



Figura 28 – Mapa Topographico da parte das Províncias de Pernambuco, Alagoas e Parahiba, 1823. Indicação das estradas. Destaque para as de cores amarela e roxa. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Figura 29 – Mapa Multimodal, Alagoas. Permanência de caminhos seiscentistas em rodovias atuais alagoanas. Fonte: adaptado de Ministério dos Transportes, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (2013).

Fecha-se o ciclo cartográfico seiscentista aqui analisado com um exemplar que suplanta a carga informativa usual de um mapa da época, através desse extenso vocabulário figurativo.

TRÊS PONTAS DE UM TRIÂNGULO: AS TRÊS VILAS E AS CARTOGRAFIAS LUSA E HOLANDESA

Como se viu, a história da ocupação urbana do território das Alagoas foi pontuada pelas três vilas que hoje constituem as cidades de Marechal Deodoro, Porto Calvo e Penedo. Elas tiveram sua origem interligada a partir do episódio das invasões holandesas e, no decorrer da trajetória temporal, alteraram suas nomeações ao sabor dos fatos históricos. Porto Calvo inicialmente se chamou Santo Antonio dos Quatro Rios, por estar no interflúvio dos rios Manguaba, Moicatá, Tapamondé e Comandatuba. Posteriormente tomou o nome de Bom Sucesso do Porto Calvo devido à vitória dos portugueses contra os holandeses em 1635. Já Marechal Deodoro, inicialmente Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, recebeu também os nomes de Madalena do Sumaúma e Alagoas. Hoje sua denominação destaca o fato de ter sido o berço do proclamador da República no Brasil. Penedo, fundada às margens do rio São Francisco, foi conhecida com o seu nome. Ao longo do século XVII, “Penedo” foi se incorporando à denominação do lugar pela preponderância desse acidente geográfico no sítio da vila, de modo que passou a se chamar Penedo do São Francisco e posteriormente apenas Penedo. Confluem assim, nessas nomeações, as toponímias indígena e cristã, a geográfica e a histórica.

Muitas fontes bibliográficas admitem a possibilidade de o surgimento desses três núcleos estar ligado à viagem na qual Duarte Coelho Pereira, donatário da capitania de Pernambuco, percorreu a costa em direção ao Sul. Apesar da incerteza quanto à data, possivelmente a viagem foi realizada, pois, segundo relato de Frei Vicente de Salvador, Duarte Coelho veio pela costa de sua capitania até o rio São Francisco, apaziguando os gentios e expulsando os franceses que pirateavam o pau-brasil, antes de voltar para Portugal:

Com estas e outras vitórias, alcançadas mais por milagres de Deus, que por forças humanas, cobrou Duarte Coelho tanto ânimo, que não se contentou de ficar na sua povoação pacífico, senão ir-se em suas embarcações pela costa abaixo até o rio de S. Francisco, entrando nos portos todos de sua capitania, onde achou naus francesas, que estavam ao resgate de pau-brasil com o gentio, e as fez despejar os portos, e tomou algumas lanças e franceses, posto que não tanto a seu salvo, e dos seus, que não ficassem muitos feridos, e ele de uma bombardada, de que andou muito tempo maltratado, e contudo não se quis recolher até não a limpar a costa toda destes ladrões, e fazer pazes com os mais dos índios, e isto feito se tornou para a sua povoação.²¹

22. Mello; Albuquerque (1997, p. 4-7).

23. Diéguas Júnior (1980, p. 75).

24. Salvador (1982, p. 162).

25. Diéguas Júnior (1980, p. 57).

26. Diéguas Júnior (1980, p. 57).

Essa primeira viagem, portanto, teria sido realizada entre 1535, quando Duarte Coelho Pereira tomou posse da capitania de Pernambuco, e 1553, quando faleceu em Portugal.²² Diéguas Júnior assim se refere a essa primeira viagem:

Depois da primeira visita de Duarte Coelho, Penedo caiu em decadência, somente vindo a reanimar-se nos fins da segunda metade do século XVI. Aliás, todo o território alagoano veio a conhecer progresso a partir das bandeiras que expulsaram os caetés do litoral. É quando começa a regularizar-se o povoamento do atual território de Alagoas. Portanto, depois de 1560. Inicia-se a concessão de sesmarias, e na região do Penedo são elas a de Filipe de Moura, a de Belchior Alvares Camelo, a dos Rochas, de onde brotariam os Rochas Dantas, por longo tempo senhores do Rio de São Francisco, como os chamou o Livro que dá Razão do Estado do Brasil.²³

O ano de 1560 é marcado por outra viagem, realizada pelo segundo donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho de Albuquerque, que também pode ter deixado colonos nessas localidades, contribuindo para reforçar sua povoação, após serem favorecidos pelo afastamento dos índios caetés:

E assim, tanto que chegaram a Pernambuco, e tomou Duarte Coelho de Albuquerque posse da sua capitania, que foi na era de mil quinhentos e sessenta, logo chamou a conselho os homens principais do governo da terra, e se assentou entre todos, que se elegeisse por general da guerra Jorge de Albuquerque, o qual aceitando o cargo começou logo a fazer assim aos inimigos do cabo de Santo Agostinho, saindo-lhes muitas vezes ao encontro aos seus assaltos, matando, e ferindo a muitos, com que já deixavam alargar-se os brancos, e viver em suas granjas, como aos do rio de São Francisco, aonde foi em companhia de seu irmão, e neste militar exercício se ocupou cinco anos [...].²⁴

Assim, as datas tidas como mais concretas são as de doação das sesmarias no final do século XVI. Já a sesmaria que originou a povoação de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul parece ter sido a mais tardia, doada em 5 de agosto de 1591, tendo como sesmeiro Diogo Soares da Cunha.²⁵

Essa doação abrangia uma data de cinco léguas de terras ao longo da costa e sete para o sertão. O ponto de referência era a boca da lagoa Manguaba, daí três léguas da costa para o sul, e duas léguas para o norte. Diogo Soares pedira estas terras para nelas criar vila, adiantando logo que seu nome seria Madalena.²⁶

Fundada a povoação, um dos primeiros indicativos de seu crescimento se dava com a criação da freguesia, que concedia à nova localidade acesso não só aos atos litúrgicos, mas também a instrumentos de cidadania. Os sacramentos, por conseguinte, geravam registros: a certidão de nascimento, pelo batismo; a de casamento, com a celebração do matrimônio; e o atestado de óbito, pela unção dos enfermos e sepultamento.

Porto Calvo é a primeira freguesia do território alagoano, já implantada nos últimos anos do século XVI, e as de Santa Maria Madalena e São Francisco datam do início do século seguinte. Com o crescimento, ou possivelmente pela condição da guerra com os holandeses, essas povoações puderam almejar um novo patamar, o de vila, que alcançaram em 1636.

Não se conhece com exatidão a data em que foi criada a primeira freguesia nas Alagoas. Sabe-se que foi Porto Calvo, porquanto já figura na Folha Geral que acompanha o Alvará de 10 de junho de 1617. Quando porém? Não há notícia exata: pode-se admitir, entretanto, que date dos últimos anos do século XVI, pois a esta época Cristóvão Lins já tinha engenhos de açúcar na região portocalvense, mantinha capela nos seus engenhos, e em 1600 era feito Alcaide-mor de Porto Calvo.

A segunda criada foi a de Penedo, da qual também não se conhece a data: deve ser, porém, dos primeiros anos do século XVII, e talvez 1615, não figurando na Folha Geral citada, pelo fato de não ter vigário colado. Da mesma forma não se sabe a data de criação da das Alagoas. Penedo e Alagoas, porém, já eram freguesias em 1631, quando começa a invasão holandesa.²⁷

Os relatos de época permitem traçar um quadro, embora difuso, da ambiência desses primeiros lugares urbanos, bastante incipientes e pouco densos. Contudo, duas circunstâncias auxiliam sobremaneira no caso alagoano: a permanência de fortes evidências materiais nos centros urbanos daquelas três antigas vilas e as fontes iconográficas que permitem o confronto de informações com o quadro material existente e os recursos textuais. Ao modo do mapa de Marcgraf, as três pequenas localidades da capitania tiveram seus cenários urbanos reportados em plantas e vistas. A obra dos holandeses quebra a neutralidade com que esses locais vinham sendo representados e nos oferece belas imagens. Portanto, abordaremos seus desenhos urbanos amparados especialmente nesse detalhado e copioso legado seiscentista.

PORTO CALVO

Foi possível identificar três tipos de representação gráfica sobre a vila de Bom Sucesso do Porto Calvo: dois mapas perspectivados, três mapas e quatro vistas.

A análise de cartas e mapas perspectivados de Porto Calvo encaminham para a hipótese de que prevalecia a importância da estratégia militar como razão das representações iconográficas da vila. As imagens posicionam o núcleo urbano em uma situação de guerra. Soldados, a marcha das tropas e outros detalhes podem ser

identificados na vista realizada por Frans Post. Procurava-se fortificar os pontos de chegada das tropas inimigas. O forte apresenta-se instalado na parte mais alta, permitindo maior visibilidade do porto e dificultando o acesso à vila (Figura 30).

Perspectivas					
Nº	Título da Imagem	Autor	Data	Procedência do Original	Fonte
1	Beleghe em Verovering van het Povaçon de Porto Calvo	Christoffel Artischowsky	1637	Nederlands Scheepvaartmuseum Amsterdam	BROMMER, Bea & HEIJER, Henk den. Comprehensive Atlas of the Dutch West India Company: the old WIC (1621-1674).
2	Auctentijck Verhael van de Belegheringhe ende veroveringhe van Porto Calvo...	Anônimo	1637	Nederlands Scheepvaartmuseum Amsterdam	ADONIAS, Isa. MAPA: <i>Imagens da Formação Territorial Brasileira</i> . Rio de Janeiro. Fundação Odebrecht, 1993.
3	Kaart van het Beleg van Povaçon de Porto Calvo	Anônimo. (In Amsterdam, Printed for Jan van Hilten)	1637	Nederlands Scheepvaartmuseum Amsterdam	BROMMER, Bea & HEIJER, Henk den. Comprehensive Atlas of the Dutch West India Company: the old WIC (1621-1674).
Mapas					
Nº	Título da Imagem	Autor	Data	Procedência do Original	Fonte
1	Portus Calvus	Marcgraf	1647	Gaspar Barléu. <i>Rerum per Octennium in Brasilia...</i> , 1647. Koninklijke Bibliotheek	BROMMER, Bea & HEIJER, Henk den. Comprehensive Atlas of the Dutch West India Company: the old WIC (1621-1674).
2	Caerte... van Pouazon in Porto Calvo...	Johannes Vingboons	ca. 1660	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHG/P)	Atlas de J. Vingboons do IAHGP

3	Fortaleza di Porto Calvo	Fr. Gioseppe di Santa Tereza	ca. 1698	Disponível no acervo da Biblioteca Nacional Digital: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart96519/cart96519.htm	<i>Istoria dele guerre del regno del Brasile. Roma, nella stamperia degl'Eredi del Corbelletti, 1698.</i>
Vistas					
Nº	Título da Imagem	Autor	Data	Procedência do Original	Fonte
1	Porto Calvo	Frans Post (Assinado como F. Coreo)	1639	Luís XIV, Musée de la France d'Outre Mer, Vincennes; Museu do Louvre, Paris.	Lago (2006)
2	Obsidio et expugnatio Portus Calvi	Frans Post	1647	Gaspar Barléu. Rerum per Octennium in Brasilia..., 1647. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.	Lago (2006)
3	Praelium prope Portum Calvum	Frans Post	1647	Gaspar Barléu. Rerum per Octennium in Brasilia..., 1647. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.	Lago (2006)
4	O povaçon de Porto Calvo	Johannes Vingboons	ca. 1660	Manuscrito de J. Vingboons do Algemeen Rijksarchief, Haia.	Reis (2000)

Quadro 3 – Sistematização da iconografia de Porto Calvo. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2010.



Figura 30 – *Obsidio et expugnatio Portus Calvi*. Frans Post, 1647. Fonte: Lago (2006).

As fontes textuais agregam densidade descritiva a essas edificações de ataque e defesa.

A fortaleza está situada na província de Pernambuco, às margens de um rio muito acessível, e de boa profundidade para navios de carga. Dista 25 léguas do Recife. Há sete engenhos nas circunvizinças e dali parte uma estrada para as alagoas e terras dos rios Camaragibe e Sto. Antônio Grande. Dois anos antes fora expugnada por Lichthart, que pôs em fuga o conde Bagnuolo e fez afogar-se no rio diversos espanhóis. Entretanto não muito depois, Bagnuolo, planejando reconquistá-la e aproveitando-se do ensejo para seu desígnio, recuperou-se sem dificuldade, graças a traição do Português Sebastião Souto²⁸

O depoimento indica que, na invasão holandesa a Porto Calvo comandada por Maurício de Nassau, o forte já existia, tendo sido nomeado Bonsucesso (Bom Sucesso) em homenagem à retirada dos holandeses da vila em uma invasão anterior. Expugná-lo significava vitória. As batalhas não se davam apenas no contexto sinalizado pelas fortificações, mas se espalhavam nas planícies circunvizinhas, como se pode ver na imagem holandesa (Figura 31).



Figura 31 – Imagem de batalha nas proximidades de Porto Calvo. Vista 3: Praelium Prope Portum Calvum. Frans Post, 1647. Fonte: Lago (2006).

Embora possivelmente não fosse o principal foco de representação, observam-se nos mapas seguintes (figuras 32 e 33) muitos caminhos (destacados em vermelho), que permitem conjecturar sobre a importância dessas vias como ligação entre as obras esparsas de fortificação e possivelmente como forma de conectar a vila às ocupações rurais do entorno, em especial os engenhos. Soma-se às trilhas terrestres a extensa trama fluvial.



Figura 32 – Portus Calvus. Marcgraf, 1647. Fonte: BARLÉU, s/d.



Figura 33 – Caerte wa in asgibult wort de Bilvegeringe van Pouazon in Porto Calvo... Johannes Vingboons, ca. 1660. Fonte: Acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Os mapas perspectivados (Figuras 34 e 35) mostram diferenças no que tange às edificações quando comparados aos mapas. Nos primeiros, o forte Bom Sucesso tem apenas dois baluartes, já nos seguintes, foi alterado constituindo-se então de um baluarte perfeito, um meio baluarte e três tenalhas.



Figura 34 – Detalhes do forte Bom Sucesso. Nas três primeiras imagens, a representação do forte com dois baluartes. Nas três últimas, a configuração irregular com baluarte e tenalhas. Fonte: infográfico elaborado pelas autoras, 2010.

Outras diferenças foram ainda identificadas. Nos mapas perspectivados, a igreja aparece sem nenhuma obra de fortificação; conta com uma murada ou trincheira em forma de “Z” na sua frente, mas não se encontra envolta por proteção. As casas distribuem-se aleatoriamente, próximas à igreja e ao forte. É difícil saber se havia também no local algum acampamento.

Nos mapas chapados, vê-se o casario da vila se distribuindo de maneira a formar um espaço aberto e alongado, em frente à igreja, então fortificada. Esse largo se abre em três caminhos: dois se dirigem ao forte e o outro para o morro, onde havia algumas obras de fortificação, e daí para um ponto fora da vila. Como o forte se encontra num nível mais alto, os caminhos que a ele conduziam eram enladeirados.

Voltando-nos para as vias líquidas, a obra de Barléu faz referência apenas ao rio “Porto Calvo”, que corresponde ao Manguaba. Nas imagens, porém, representa-se graficamente também o rio Comandatuba. O primeiro seria de maior importância, por ser o mais navegável, fazendo a ligação da vila com o mar. Os rios Moicatá e Tapamondé foram ignorados nessas representações.



Figura 35 – Detalhes da Vila de Porto Calvo, casario e igreja. Fonte: infográfico elaborado pelas autoras, 2010.

Dentre as três vilas, Porto Calvo parece ter sido a principal; foi a primeira freguesia do território alagoano, estava cercada de engenhos e contava com importante escoadouro: o rio Manguaba, então bastante navegável. Foi sobre ela que mais se encontraram imagens holandesas. Com o prolongar dos séculos, sua importância decaiu quando comparada à das outras duas vilas.

SANTA MARIA MADALENA DA ALAGOA DO SUL

A então vila de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul possuía poucos engenhos em seus arredores, contudo, estava próxima ao Porto dos Franceses e circundada por uma lagoa e cursos d'água bastante piscosos. Os holandeses realizaram sobre a vila um mapa, o "Pagus Alagoa Australis", e uma vista, "Alagoa ad Austrum", que constam no livro de Gaspar Barléu.²⁹ A vista mostra o acesso ao Porto do Francês, moradias de casas de pescadores, a lagoa Manguaba e a igreja fortificada. Aparecem ao longe algumas casas onde mais tarde veio a ser construído um convento franciscano. Um pequeno trecho da lagoa aparece no alto, à direita. Ao criar o brasão de Madalena, os neerlandeses escolheram a tainha, confirmando a importância da atividade pesqueira desenvolvida no local. Há registro na legenda acerca de uma cabana de pescador (Figura 36).

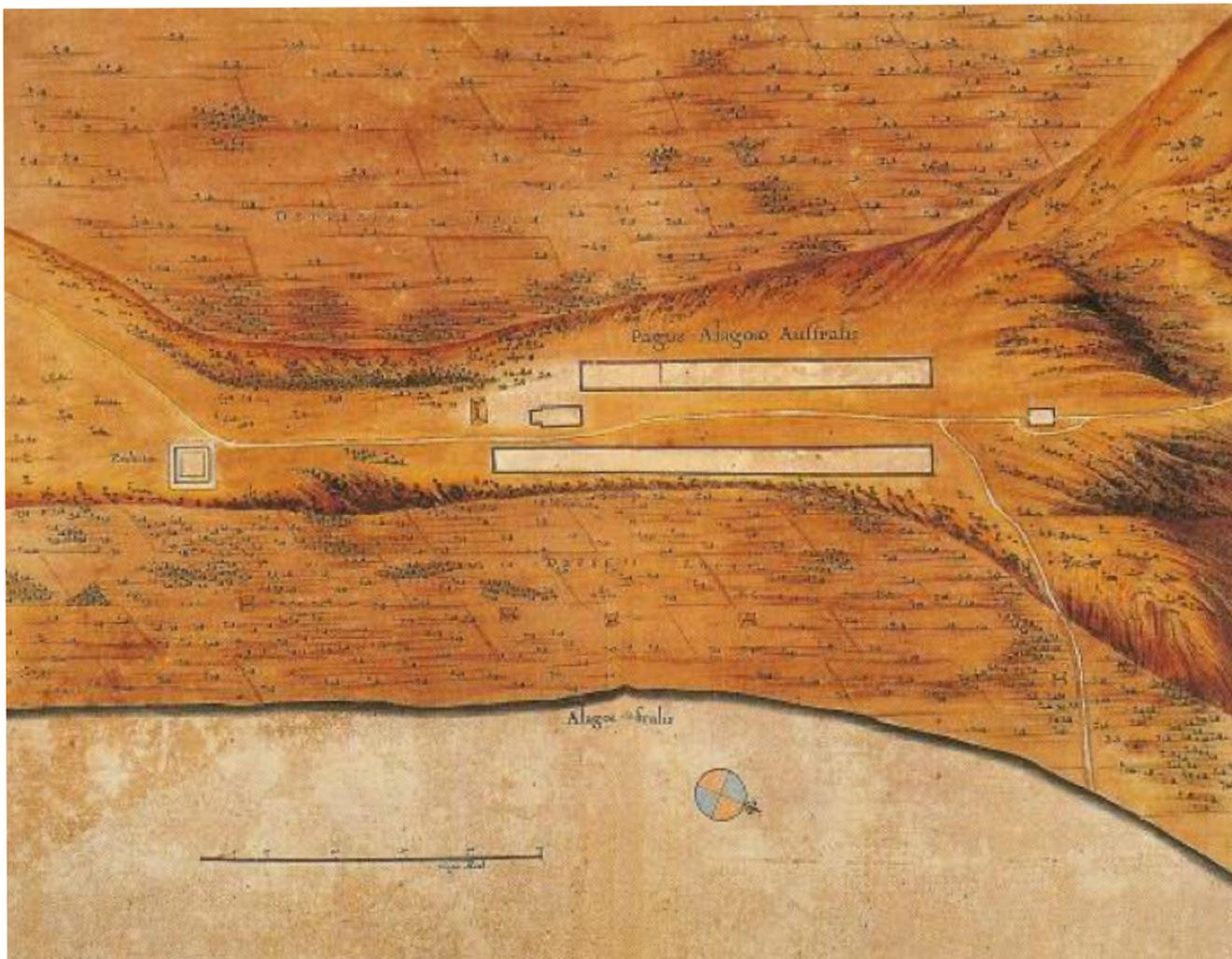


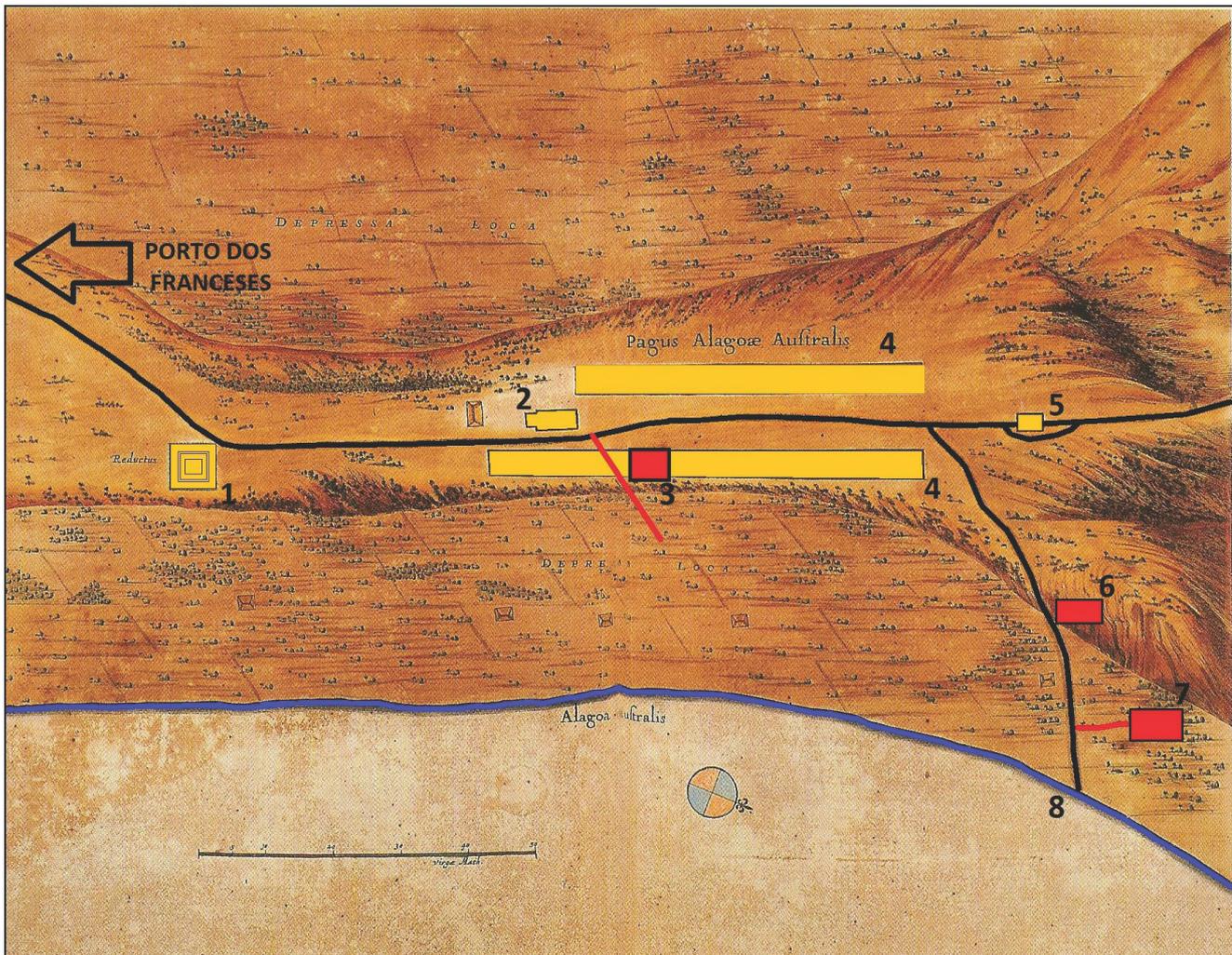
Figura 36 – Pagus Alagoae Australis. Marcgraf, 1647. Fonte: BARLÉU, s/d.

30. Ou porto “dos Franceses”. As duas formas foram usadas nos documentos de época. Assim, encontramos “Porto dos Franceses” em Coelho (2004, p. 148), em Freire (2004, p. 175 e 242) e em Laet ([1644] 2004, p. 406 e 572) e “Porto do Francês” em Barléu (1974, p. 117 e 261).

O mapa revela aspectos interessantes do desenho urbano acerca do seu traçado e das edificações. Com relação aos caminhos, o que parte da esquerda, provavelmente do porto do Francês,³⁰ passa pelo reduto, em seguida pela matriz rumo à igreja do Rosário e daí para o “sertão”, ou seja, os lugares mais afastados do mar. O caminho que sai da igreja do Rosário levava até o porto. A lagoa comparece em larga faixa do mapa, compatível com sua importância (Figuras 37, 38 e 39).



Figura 37 – Alagoa ad Austrum. Frans Post, 1647. Fonte: BARLÉU, s/d.



- 1 - Reduto
- 2 - Igreja Matriz
- 3 - Casa de Câmara
- 4 - Casas
- 5 - Igreja do Rosário dos Pretos
- 6 - Igreja do Amparo dos Homens Pardos
- 7 - Convento Franciscano
- 8 - Porto

- Elementos que aparecem no mapa holandês
- Elementos que surgem após a passagem dos holandeses
- Margem da lagoa
- Caminhos presentes no mapa holandês

31. Atente para a linha da margem da lagoa, paralela à linha do arruado e das casas, encurvando-se próxima ao porto.

Figura 38 – Esquema destacando a organização espacial da vila, com os elementos representados pelos holandeses, bem como aqueles que surgiram posteriormente.³¹ Fonte: adaptado de BARLÉU, s/d.



Figura 39 – Planta atual, com os mesmos elementos do mapa holandês.³² Fonte: Google Earth, 10 jan. 2018. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-9.71782642,-35.89414494,12.98844164a,856.52252901d,35y,276.35783499h,0t,0r>>

32. A distribuição das ruas demonstra claramente seguirem o traçado seiscentista. Porém, a margem da lagoa forma um ângulo de aproximadamente 55 graus em relação à rua da Matriz, não sendo, portanto, paralelas como representado na imagem do século XVII.

33. Maurício de Nassau desembarcou em Pernambuco em 23 de janeiro de 1637. Chegou à vila São Francisco, após ter conquistado Porto Calvo e outras vilas, às onze horas do dia 27 de março do mesmo ano (Coeelho, 2004, p. 393 e 411).

VILA SÃO FRANCISCO – PENEDO

Enquanto as vilas de Bom Sucesso do Porto Calvo e Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul destacavam-se pela produção de açúcar, a vila de São Francisco tinha um papel de defesa dos limites da capitania, devido à posição geográfica que a colocava no lugar de vigia da “porta” da capitania na direção sul. Essa posição se tornava ainda mais estratégica pelo fato de as navegações entre Bahia e Pernambuco serem difíceis durante a maior parte do ano. A conquista da vila São Francisco significava a garantia da posse da capitania de Pernambuco no seu limite sul, às margens do rio São Francisco, razão pela qual João Maurício de Nassau mandou edificar ali o forte Maurício, poucos meses depois de chegar ao Brasil,³³ confirmando e reforçando a vocação de guarda da vila com a construção dessa edificação militar.

O erguimento do forte parece ter sido um dos motivos principais para a realização das imagens holandesas que documentaram a vila São Francisco. “Maurítius”, “Castrum Maurity ad Ripam Flumini S. Francisci”, “kaart van fort welk graaf Maurits Van Nassaun heet doen leggen aan de rivier s. Francisco...” são títulos sugestivos de que, embora tenham sido representados muitos detalhes da vila, o verdadeiro foco era o forte, sua posição e função militar. Foram analisados quatro mapas e três vistas. Como no material de Porto Calvo, estes mostram a topografia do lugar, mas sem elementos vinculados estritamente às batalhas, visto que, quando da presença dos holandeses à vila, portugueses e espanhóis já haviam fugido para a capitania da Bahia de Todos os Santos.

Vistas					
	Título	Autor	Data	Procedência do Original	Fonte
1	Rio São Francisco	Frans Post	1638	Luís XIV, Musée de la France d’Outre Mer, Vincennes, Coleção Museu do Louvre	Reprodução fotográfica a partir do original. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem
2	Castrum Maurity ad Ripam Fluminis S. Francisci	Frans Post	1647	Gaspar Barléu. Rerum per Octennium in Brasilia..., 1647. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro	Herkenhoff (1999)

3	Mauritius	Johannes Vingboons	Entre 1652 e 1670	Original manuscrito do Atlas de J. Vingboons do Algemeen Rijksarchief, Haia	Reis (2000)
Mapas					
	Título	Autor	Data	Procedência do Original	Fonte
1	Sem título (Penedo)	Desconhecido	ca. 1637	Original manuscrito da Koninklijke Bibliotheek, Haia	Reis (2000)
2	Castrum Mauritiij	Marcgraf	1647	Gaspar Barléu. Rerum per Octennium in Brasilia..., 1647. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro	BARLÉU, s/d.
3	"Kaart van het fort't welk graaf Maurits van Nassaun..."	Johannes Vingboons	Entre 1652 e 1670	Original manuscrito do Atlas de J. Vingboons do Algemeen Rijksarchief, Haia	Reis (2000)
4	"Kaart van het fort't welk graaf Maurits van Nassaun..."	Johannes Vingboons	ca. 1660	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)	IAHGP

Quadro 4 – Sistematização da iconografia de Porto Calvo. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2010.

As legendas auxiliaram na documentação com informações de interesse, como a fuga dos portugueses, a sinalização dos locais onde havia pasto e inundações do rio. Silenciam, contudo, sobre a nomeação de edificações que certamente já haviam sido erguidas, como a primeira capela, dedicada a Santo Antônio, e a capela do Rosário dos Negros, já iniciada.

Nos mapas podem-se identificar alguns caminhos que saem do forte e se dirigem à margem do rio. Observa-se que, de acordo com as imagens, a fortificação foi construída circunscrevendo a capela de Santo Antônio,³⁴ que ficou dentro da praça de armas. É provável que, inexistindo o forte, esses caminhos fossem em direção à margem do rio, fazendo a ligação entre a capela e o porto. Alguns passam paralelos à margem, dirigindo-se para longe da vila, fora dos limites do mapa. Dois outros saem de trás do forte. Um bifurca-se e avança também para rumo ignorado. Bem próximo à bifurcação, está representada uma construção, provavelmente a capela do Rosário dos Negros. Outro caminho liga essa capela à de Santo Antônio e prossegue (Figura 40).

34. Carotá (1873, p. 34). Essa capela originou a atual catedral de Penedo.

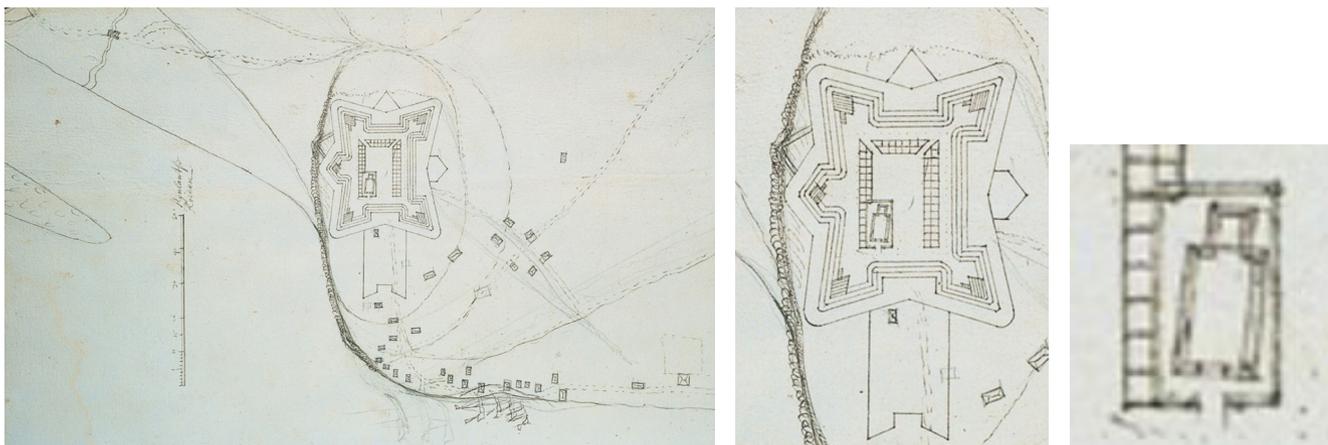


Figura 40 – Detalhes do forte Maurício. Fonte: Reis (2000).

35. Sobre esse tema, cf. Muniz (2010).

Dessa maneira pode-se observar que, dentro da vila, os elementos a nortear os primeiros caminhos foram a capela de Santo Antônio, a do Rosário dos Negros, o porto nas margens do rio, e a ligação do núcleo urbano com outras localidades, direcionando os caminhos que partem para fora do espaço das representações holandesas.

Outro caminho, porém, teria surgido devido à construção do forte, visto que o margeia. Seria um caso bem concreto da arquitetura condicionando o traçado e assim configurando uma herança ou marca quase involuntária dos holandeses, que permaneceu no desenho urbano por consequência do forte e pela necessidade de caminhar ao longo deste. Além de revelar aspectos espaciais da vila, as imagens holandesas são documentos importantes também para compreender o forte Maurício (Figura 41), que é tão pouco esclarecido nas fontes escritas.³⁵

A legenda do mapa de Vingboons (Figura 42) concede detalhes sobre o sítio em que estava localizado o forte: o penedo situado a 6 milhas do mar, rochedo com altura de 59 pés. Aponta também o local onde o conde e os portugueses atravessaram para Sergipe, a área das habitações holandesas, pontos de inundação e a ilha de São Pedro, na tradução “pequena ilha de nome São Pedro que deu nome à vila”. O topônimo Penedo, ou seja, pedra, deixa a questão sobre o que motivou o nome da vila: a grande rocha sobre a qual o povoado foi assentado ou a ilha de São Pedro, como sugere a legenda holandesa?

A vista de Frans Post (Figura 43), além das informações visuais, traz também uma legenda, de acordo com a qual estão apontados o forte Maurício, o rio São Francisco, a fuga dos portugueses em pequenas pranchas e as ilhas existentes no rio.

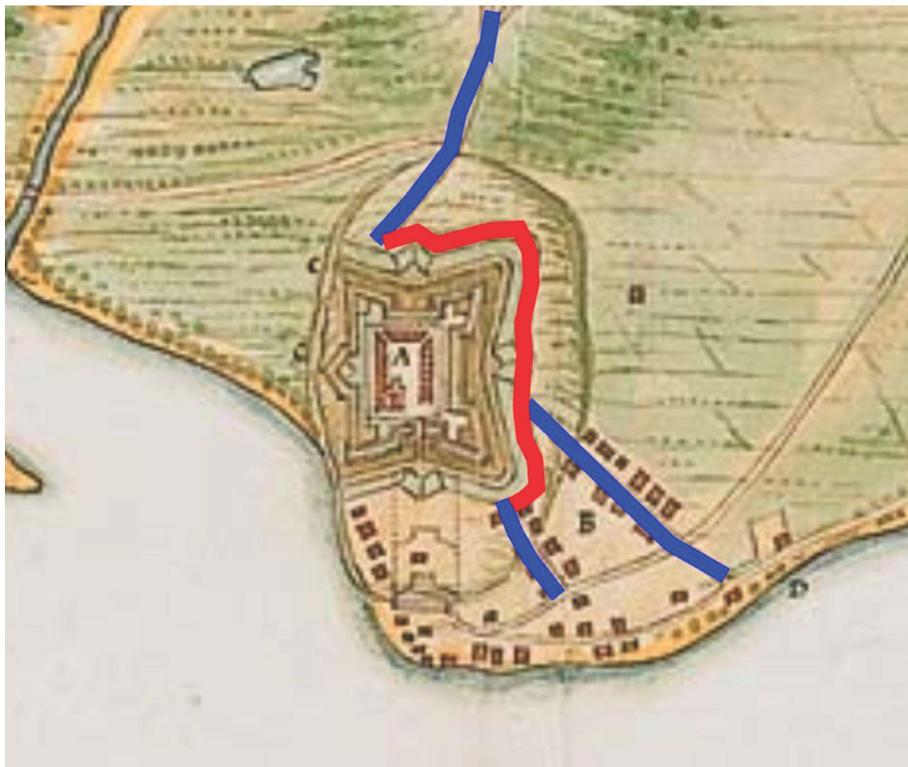


Figura 41 – Detalhes do forte Maurício. Fonte: Reis (2000).



Figura 42 – Detalhe do mapa Kaart van het for't welk graaf – Maurits van Nassaun... Johannes Vingboons, ca. 1652-1670. Fonte: Reis (2000, p. 71).



Figura 43 – Castrum Maurity ad Ripam Fluminis S. Francisci. Frans Post, 1647. Fonte: Herkenhoff (1999).

Observam-se assim as imagens holandesas como portadoras de mais informações do que se julga, quando consideradas mais que meras ilustrações. No caso de Penedo, vieram a revelar o porte do forte Maurício, indicando a importância estratégica da vila, a continuidade no traçado urbano, o local das primeiras capelas, o traçado de ruas e caminhos. Assim, para além das marcas edificadas, também o traçado, ainda existente, e o forte desaparecido são outros valores latentes que precisam ser considerados acerca da história da vila.

UM NOVO VÉRTICE: MACEIÓ

A cidade de Maceió, atual capital do estado de Alagoas, não possui registro como lugar edificado no material cartográfico seiscentista examinado. Na verdade, surgiu como um pequeno povoado de apoio ao porto de Jaraguá, e só ascendeu à vila em 5 de dezembro de 1815, por alvará de D. João VI, quando foi desmembrada da antiga vila de Alagoas. Passou a ser sede da província em 9 de dezembro de 1839.³⁶ Seu nome também referenda o estatuto das águas que rege o território alagoano: significa “o que tapou o alagadiço”.

Nos séculos anteriores, suas terras pertenciam a sesmarias, iniciadas pela de Cristóvão Lins em 1575, cujos limites foram sendo alterados com o passar do tempo, englobando terras pertencentes ou próximas à vila de Santa Maria Madalena.³⁷ De fato, as duas povoações estão quase no mesmo posicionamento quanto às margens das lagoas Manguaba e Mundaú, cujas denominações, respectivamente “fonte das águas de chuva” e “lagoa grande”, também se tomam das águas. A comarca de Alagoas só foi criada em 1706, e sua independência de Pernambuco ocorreu em 16 de setembro de 1817.³⁸ Assim, Maceió tem sido analisada e considerada pela historiografia como um fenômeno urbano do século XIX.

Contudo, o solo do pequeno povoado tem marcas geográficas mais distantes, como foi possível constatar na travessia pelos mapas de Albernaz, onde a presença física de Maceió inicia-se aos poucos, a partir das nomeações de rios, enseadas, barras e, em seguida, do porto. Ou seja, pela indicação de transporte e acesso ao lugar.

O território no âmbito dos mapas analisados, portanto, foi inicialmente referenciado pela geografia e povoado a serviço do escoamento da produção da colônia para a Europa. Foi o porto sua grande marca, que séculos mais tarde também promoveria a ocupação mais efetiva da região. Dentro do sistema agroexportador vigente à época, o território da futura capital também participa das grandes mudanças trazidas com a presença holandesa. Barléu relata o episódio de guerra no qual João Maurício de Nassau desembarca em Jaraguá. “O Conde Maurício [...] saltou em terra junto à ponta de Jaraguá não longe das Alagoas, e perseguiu o inimigo até o rio de São Francisco”.³⁹ Nesse tempo o território alagoano passa por mudanças, movido pela aventura dessa invasão que desestabiliza os poderes instituídos pela colônia portuguesa e, assim, a estrutura econômica estabelecida na região, promovendo quedas e ascensões no mundo do açúcar.

Mesmo que tenha sido um obstáculo para Alagoas, o domínio colonial holandês, no entanto, se por um lado barrou o avanço para outras paragens do território, fecundou o espírito empreendedor para uma arrancada de desenvolvimento. [...] Paradoxalmente, os pernambucanos e outros nordestinos, mestiços, senhores e escravos cresceram e expulsaram, com a força nativista entronada, o invasor que lhes deixara na essência subconsciente do ego, uma lição de trabalho e valor urbano, que forjou o novo espírito da cidade como “centro” de comércio, bancário, administrativo, político, social, cultural, industrial e de comunicações.⁴⁰

Esse ímpeto rumo à cultura da cidade deixou poucas marcas sobre Maceió. Ao porto acrescentou-se o uso das terras para a produção do açúcar, com a instalação de um engenho banguê já referendado em documento testamentário de

37. Sobre esse tema, consultar Lima (1992, p. 44-69).

38. Lima (1992, p. 99-103).

39. Barléu (1974, p. 43).

40. Lima (1992, p. 71-72).

41. Documento do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (Andrade, 2009, p. 28).

42. Esta carta foi localizada por Maria Angélica da Silva em 2002, em pesquisa ao acervo do Arquivo Ultramarino em Lisboa.

15 de setembro de 1724.⁴¹ O povoado em si passa silencioso pelos mapas; sua primeira versão imagética surgirá apenas mais tarde, em carta pertencente ao acervo do Arquivo Ultramarino.⁴² Trata-se de um manuscrito aquarelado de cerca de 1757 (Figura 44). O desenho da costa mostra duas enseadas, e na parte alta, ocupando expressiva área do mapa, compõem dois grandes cartuchos com ornamentos em concheados e folhagem, onde se inserem a legenda e a escala. A imagem centra-se na representação das águas do mar, que abriga elaborada rosa dos ventos. O mapa divide-se, portanto, em duas grandes zonas de cor, representando o mar e as terras litorâneas. A faixa terrestre indica justamente as áreas de porto e um trecho de caminhos, sinalizando o sistema de escoamento de mercadorias.



Figura 44 – Imagem sem título. Ocupações iniciais da atual cidade de Maceió. Autor desconhecido, 1757. Fonte: Arquivo Ultramarino, Lisboa.

Se descentralizarmos o olhar um pouco mais para a direita, encontraremos a representação do povoado que dará origem a Maceió. Na verdade, são três pequenos núcleos. Dois deles confirmam o que se registrava nas fontes escritas: um em torno da zona portuária de Jaraguá e outro em volta da provável sede de engenho, de onde se desenvolveu o atual centro da cidade. Contudo, mais adiante, à esquerda, vê-se o terceiro núcleo de ocupação, usualmente não mencionado nas fontes escritas tradicionais acerca da história urbana de Maceió. Trata-se da área

do Pontal da Barra, de onde se fazia o trajeto pelos canais para a vila de Santa Maria Madalena.

Considerando-se a estrutura tripolar apontada pelo mapa, a área de ocupação mais significativa encontra-se em torno do porto de Jaraguá, que reúne mais densamente ícones de casas e de coqueiros.

Na praia, vê-se o alongado dos arrecifes, quase retilíneo, paralelo à costa, interrompido na entrada do canal rumo à Madalena. À frente das enseadas, como uma estreita tira bordada, comparece a linha dos caminhos.



Figura 45 – Detalhe mostrando Maceió. Autor desconhecido, 1757. Fonte: Adaptado do Arquivo Ultramarino, Lisboa.

Ao modo da cartografia da família Albernaz, o mapa também finaliza-se com a indicação de colinas ou montanhas. De fato, o terreno do povoado sobe para um platô, onde se distinguem vários “altos”, como o da Jacutinga. Os navios se concentram na área do atual porto e comprovam o significado do nome de Jaraguá entre os indígenas: “enseada das canoas”.⁴³ Sinalizando os dois lados para onde a cidade cresceu, alongando-se para a direita vê-se a enseada de Pajuçara. Mas de fato o mapa privilegia o lado esquerdo, para onde o povoado se dirigiu nos seus primórdios, no rumo onde se comunicava com a vila de Santa Maria Madalena, através dos canais que interconectam as lagoas de Mundaú e Manguaba.

44. Agradecemos aos funcionários do Arquivo Ultramarino que auxiliaram na leitura paleográfica. Desculpamo-nos desde já por possíveis falhas na transcrição.

45. Gavia: parte do mastro para observação, mastro grande (Leitão & Lopes, 1974).

46. Combro: do latim cumulu, o mesmo que cômore, pequena elevação do terreno, montículo, outeiro.

47. Picaõ: o topo de uma fraga. (Leitão & Lopes, 1974).

48. Arredado: distanciado.

49. Surgidouro: lugar onde a âncora se prende bem (Leitão & Lopes, 1974).

50. Barreta: barra pequena, baliza (Leitão & Lopes, 1974).

51. Pulmo: instrumento com que se acha a altura da água e, querendo, a natureza do fundo (Leitão & Lopes, 1974).

Um grande facilitador do mapa é sua legenda. Embora apresente dificuldade de caligrafia, muitas informações afloram do texto que segue transcrito, ⁴⁴ intitulado “Planta e explicação das agenciadas de Jaragôa, e Pajusara, as quais ficam juntas como se vê na planta situadas em 10 gr e 8 m de altitude do sul e 347 graus e 10 m de longitude”.

Explicação Quem vier buscar esta enciada suppondo vir da parte do Norte pode buscar a terra antes de chegar a ella e avistando o Cab del Agost_o [Agostinho], ou o Porto Calvo, ou o Camaragibe ou outra que lhe fique antez a d^a enciada pode vir sempre a vista de terra, q sendo dos mes de Abr ate Marco correm na costa as aguas p. o sul, e o ventos san do Norte ate Nordeste dando sempre resguardo aos reciffes, q botão o mar meya legoa com pouca diferença antes de chegar a dita enciada achara 7 braças e 7 ½, 6 e 6 ½ de fundo em partes area [areia] e em outras area [areia] grossa e achando-se com o navio arredado de pedra notada com a letra A aonde esta a roza dos ventos, ah^y achará fundo de 5 braças, achara area [areia] limpa he demorará hua capella q lhe fica na ponta da terra grossa e e alta q he p. [por] sima d [de] um rio chamado Masa^yo ao Noroeste e a ponta da Pajusara a Nordeste e olhando pelo meyo da enciada se verá huã terra grossa pela parte de dentro tem hua barreyra vermelha do tamanho de hua gavia⁴⁵ de navio e a sua ezquerda outra q parece huã estrada, ou cam ho [caminho] q [que] vay p [para] um outeyro asima q he que parece de longe, a q demora a este, a ponta de Jaragôa ao nor-nordeste e entrando nesta barra demoraõ ao reciffes de fora a nordeste e vindo pelo rumo do Norte se vera a pr a [primeira] caza de telha com um coqueirall q fica no combro⁴⁶ da praya vindo do Masayo p a [para] a ponta do Jaragôa. Seguindo este rumo podem entrar pela dita barra quantos navios quizerem, ainda q sejaõ grandes podem vir a foytam te [afoitamente] p q [porque] tem 5 braças de fundo e 4 ½ e 4 de 10 palmos cada huã abrigados aos reciffes. As embarcações aquy não fundaõ nada porq [porque] em os mezes já ditos acima està toda esta enciada como rio morto e p a [para] sm da enciada de fronte da barra se achao 5 e 5 ½ e 6 braças de fundo e estando ao fim da enciada bem chegados demorando-lhe já a capella ao Noroeste se acham 3 e 3 ½ braças de fundo aquy [aqui] se podem acomodar té [até] 20 navios chegados a ponta de Jaragôa aonde se costumao amarrar os navios desta costa, no mu da enciada podem estar m.tas [muitas] embarcações. Advirto q. a cabo o reciffe q vem correndo da ponta de Jaragôa para a barra desta enciada acabada a ponta do picaõ⁴⁷ q~ descobre ainda arredado⁴⁸ obra de 10 braças tem huã bayxa q não descobre, e as vezes rebenta o mar nella, enquanto hã bonança esta quieta. Desta baixa para o sul tudo he obra por onde podem entrar tudo hé limpo com fundo de 6 e 7 braças. Esta enciada faz abrigo do sueste até o oeste a todas as embarcações q derem fundo a sombra dos reciffes. Quem sair desta enciada para fora fará seu bordo no sul, q não tem nada q temer. Quem vier a este porto depoy de estar dentro escolherá surgidouro⁴⁹ pa [para] sua embarcação nas braças, que lhe parecer. Esta enciada não faz abrigo nos Mezes de M^{co} [Março] e Ag^o [Agosto] p q entao aquy hé In-verno y reina os ventos Suez [?] e a sua obra hé de sueste até susudoeste e embarcações estimaõ amarrar neste porto com hu ferro pela proa pa [para] a viração e com outro p.a [para] aterrar. A enciada de Pajusara he a q fica nesta notada de B até C não hé capas p.a [para] nella entrar navios, e so sim alguns barcos q entraõ pelas barretas⁵⁰ notadas das Letras D, E, F, G, porem com muyto risco, com o pulmo⁵¹ na mãõ, e encostados a vara dentro da dita enciada qdo vaza a maré os barcos ficam em seco, mas como o fundo he de lama não tem risco e ahy carregaõ, e saye [sai] com o mesmo trabalho.

Estas barretas sempre tem pedras por bayxo; mas como aquy as águas crescem de 10 palmos, e há mares q [que] chegaõ a 12 palmos, pelo q não faz mal aos barcos.

52. Altavila ([1933] 1988, p. 43); Cavalcanti (1998, p. 197).

Legenda do mapa:

A – Ponta do Picaõ

BC – Enciada da Pajusara

DEFG – Barretas p onde entraõ os braços [barcos?]

H – Barra das Alagoas

I – Rio q vay p ad [adentro] as ditas Alagoas

L – Caza do passageyro

M – Canoa em q passa a gente q vam para as Povoacoens das ditas Alagoas

Vê-se pela primeira vez a nomeação do curso d'água que corta o povoado e que dará nome a ele: o riacho Maceió, hoje conhecido como Salgadinho ou Reginaldo. Esse curso demandará futuramente a construção de uma ligação entre as duas partes correspondentes às nucleações primeiras: a que ostenta a capela e a que abriga o porto. Capela e porto são explicitamente nomeados na "Explicação". Eles se unirão por duas pequenas pontes que vencem as águas. Mais uma vez, é preciso tapar as terras alagadiças, como o nome Maceió indica. A capela possivelmente era a que tinha como orago São Gonçalo e que foi demolida em 1850 para a construção da igreja matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, atual catedral, cujo projeto é atribuído a Grandjean de Montigny. A nova construção foi terminada em 1859.⁵²

Surge também, como em outros mapas analisados anteriormente, a menção às barreiras e à terra "grossa e alta". O coqueiral, marco das terras litorâneas de Alagoas e traço forte da paisagem urbana de Maceió até hoje, também é mencionado.

Pode-se ver, através dos caminhos, três grandes futuras rotas: uma avança contornando a enseada de Jaraguá rumo à Pajuçara; outra se encaminha para a vila de Alagoas e demais localidades em torno da lagoa Manguaba, ou seja, a rota do Trapiche da Barra; e a terceira sinaliza um pequeno caminho que adentra tímido pelas terras, onde se desenvolverá o centro da futura cidade de Maceió. Portanto, a ocupação, lida através dos mapas, inicia-se em Jaraguá, onde se adensam os ícones identificadores de povoamento, e em seguida prossegue rumo ao núcleo habitado que adentra ligeiramente nas terras e que aponta para a sede de engenho, a qual, conforme a literatura, denominava-se como o riacho, Maceió.

A cidade prosseguirá crescendo e recitando, através dos seus bairros, o vocabulário das águas. Na língua indígena, Jaraguá, Pajuçara, Jatiúca; na portuguesa, Levada, Trapiche, Riacho Doce, Pontal da Barra, Bebedouro, Vergel do Lago e outros. Memória da labuta entre terra e mar, brisas e dunas.

Concluindo e permanecendo na trilha das palavras, o “território”, no latim *territorium*, significou de início o espaço agrícola dependente de uma aglomeração urbana. A palavra ligava-se, portanto, à terra, com suas fortes conotações afetivas. *Terroir* encaminha-se para expressar um espaço de enraizamento, de experiências profundas; implica memória, criação de um horizonte de referência. Território é narrativa, conta a história da humanidade ao longo do tempo, construída em especial pelo trabalho, por atividades e práticas sociais. Assim, a palavra evoca terra, ritual, emoção, jogo, mito. É razão dos costumes e das celebrações.⁵³

Território traça a linha demarcatória que separa o lugar habitado do que fica fora, os espaços dos temores e malefícios. Por exemplo, terra e mar; *a priori*, a terra é local da ancoragem e o mar, porta para o desconhecido e o incivilizado. O território em Alagoas, a partir da presença europeia, é nutrido pelas forças da própria terra desde que próxima às águas: exploração das matas, plantio da cana e da roça. O inimigo é a terra longínqua, a mata cerrada que se oferta aos quilombos.

Mas para o colonizador, para o que cartografa os territórios, são as águas que permitem acesso e visibilidade. A partir delas são identificadas maneiras de adentrar o território, construir novos caminhos ou trilhar antigos. Por outro lado, os mapas são muitas vezes o instrumento dessa rota viária, como foi visto no início deste artigo.

A civilização, do ponto de vista ocidental, vem do oceano. O cartógrafo deixa de lado a marcha através do sólido e se detém nas águas. É o azul pintado do seu mapa que puxa para si os ícones da civilização. Nele flutuam os navios, a rosa dos ventos. Equipamentos para o *viator*.

No caso das Alagoas, o registro se insinua, adentra por territórios ensopados, dissolvidos em áreas de laguna, de rios pequenos e do frondoso São Francisco, de riachos, de olhos-d’água e do grande mar sem fim.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

Caerte wa in asgibult wort de Bilvegeringe van Pouazon in Porto Calvo... Johannes Vingboons, ca. 1660. Original do acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

FONTES IMPRESSAS

ALBERNAZ, João Teixeira. *Estado do Brasil Coligido das mais sertãs noticias q pode aiuntar dõ Ieronimo de Atayde, por João Teixeira Albernaz (1631)*. Rio de Janeiro: Mapoteca do Itamaraty/Ministério das Relações Exteriores, 1631.

_____. *Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz, chamado vulgarmente, o Brazil. Feito por João Teixeira cosmografo de Sua Magestade. Anno de 1640, por João Teixeira Albernaz*. ed. integral, fac-sim. color. do códice pertencente ao Instituto dos Arquivos Nacionais. Lisboa: Aeroportos de Portugal; Torre do Tombo, 1640.

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante os oito anos no Brasil, 1647*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

COELHO, Duarte de Albuquerque. Memórias diárias da Guerra do Brasil (1654). In: FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasílica (1675)*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2004. (CD-ROM).

FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasílica (1675)*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2004. (CD-ROM).

LAET, Joan [1644]. História ou anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o começo até o fim do ano de 1636. In: FREIRE, Francisco de Brito. [1675] *Nova Lusitânia: história da guerra brasílica*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2004. (CD-ROM).

MELLO, José Antônio Gonsalves; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei: reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada*. Recife: Fundaj; Massangana, 1997.

MORENO, Diogo de Campos. *Livro que da Rezão ao Estado do Brasil, 1616*. Edição fac-similada do códice da Biblioteca Pública do Porto. Lisboa: João Sá da Costa, 1999.

SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Comentários de Francisco Adolpho de Varnhagem. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

ALTAVILA, Jayme [1933]. *História da Civilização das Alagoas*. Maceió: Edufal, 1988.

ANDRADE, Fernando Antônio Gomes de (Org.). *Memória das Alagoas*. Maceió: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, 2009.

BRANDÃO, Octavio. *Canais e lagoas*. Maceió: Edufal: 1999.

BROMMER, Bea; HEIJER, Henk den. *Comprehensive Atlas of the Dutch West India Company: the old WIC (1621-1674)*. S. l.: Atlas Maior/Nationaal Archief/Universiteit Utrecht/Knag, s.d.

CAROATÁ, José Próspero Jehovah da Silva. Chronica do Penedo. *Revista do IHGAL*, Maceió, n. 3, p. 33-42, dez. 1873.

CAVALCANTI, Verônica Robalinho. *La production de l'espace à Maceió (1800-1930)*. 1998. 430 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Université de Paris I, Paris, 1998.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1971.

COSTA, Antônio Gilberto. Dos roteiros de todos os sinaes da Costa até a carta geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: _____ (Org.). *Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 83-224.

COSTA, A. G. Dos roteiros de todos os sinais da costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, A. G. (Org.). *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007. 83-224pp.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O Banguê nas Alagoas*. Maceió: Edufal, 1980.

HERKENHOFF, Paulo. *O Brasil e os holandeses: 1630-1654*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

LAGO, Pedro; CORRÊA, Bia. *Frans Post (1612-1680): obra completa*. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

LEITÃO, Humberto; LOPES, José Vicente. *Dicionário da linguagem de marinha antiga e actual*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974.

LIMA, Ivan Fernandes. *Ocupação espacial do Estado de Alagoas*. Maceió: [s.n.], 1992.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A cartografia dos Descobrimentos*. Lisboa: ELO, [s.d.].

MENEZES, Catarina Agudo. *A escrita no chão: a formação do território de Alagoas por meio de fontes coloniais*. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2011.

MUNIZ, Bianca Machado. *Escavando a história: um estudo do Forte Maurício no contexto da arquitetura militar do século XVII*. 2010. 208 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2010.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Fapesp, 2000.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

SILVA, Maria Angélica. Desenhos de territórios; revendo antigas vilas e cidades através de imagens. In: VALENÇA, Márcio Moraes; COSTA, Maria Helena Braga e Vaz. *Espaço, cultura e representação*. Natal: Editora da UFRN, 2005. p. 7-27.

_____. (Org.). *O olhar holandês e o Novo Mundo*. Maceió: Edufal, 2011.

SILVA, Maria Angélica da; ALCIDES, Melissa Mota. Collecting and framing the wilderness: the garden of Johan Maurits (1604-79) in North East Brazil. *The Journal of the Garden History Society*, Londres, v. 30, n. 2, p. 153-176, 2003.

TENÓRIO, Douglas Apratto; PÉRICLES, Cícero. *Municípios de Alagoas*. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2006.

TEREZA, Fr. Gooseppe di Santa. *Istoria Delle Guerre Del Regno Del Brasile*. Roma: Nella Stamperia Degl' Eredi Del Corbelletti, 1968.

ZANDVLIET, Kees. *Mapping for Money*. Amsterdam: Batavian Lion International, 2002.

ZUMTHOR, Paul. *La mesure do monde*. Paris: Seuil, 1993.

WEBSITES E ACERVOS DIGITAIS

BARLÉU, G. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Biblioteca Nacional, s.d. (CD-ROM).

BIBLIOTECA NACIONAL. *Título*. Rio de Janeiro: Editora, ano. (CD-ROM).

CAMINHA, Pero Vaz de. [Carta]. Porto Seguro, 1º março 1500 [para] El Rei D. Manuel. Lisboa. Comunica o descobrimento do Brasil. Disponível em: <<https://goo.gl/1Zpbt5>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

GOOGLE EARTH. *Vista aérea de parte de Maceió*. 2011. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-9.71782642,-35.89414494,12.98844164a,856.52252901d,35y,276.35783499h,0t,0r>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. *Mapa multimodal: Alagoas rodoviário*. DNIT, 2002 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/hYk2fD>> Acesso em: 13 jul. 2018.

Artigo apresentado em 07/05/2016. Aprovado em 27/04/2018.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License

